

RESULTADOS 2021



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás

Apoio da Estrutura de Governança

As instâncias internas de governança, mencionadas no capítulo da Visão geral organizacional e ambiente externo, têm papel fundamental no alcance da Missão e Visão institucionais, movimentando os mecanismos da liderança, estratégia e controles, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A Justiça Eleitoral goiana dispõe de Sistema de Governança Corporativa, compreendendo as instâncias de governança, de apoio interno de governança, os mecanismos, os instrumentos e as atividades relacionadas ao direcionamento, monitoramento e à avaliação da estratégia da instituição.

O Conselho de Governança Corporativa orienta e propõe sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais, acompanha o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União e analisa o alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas.

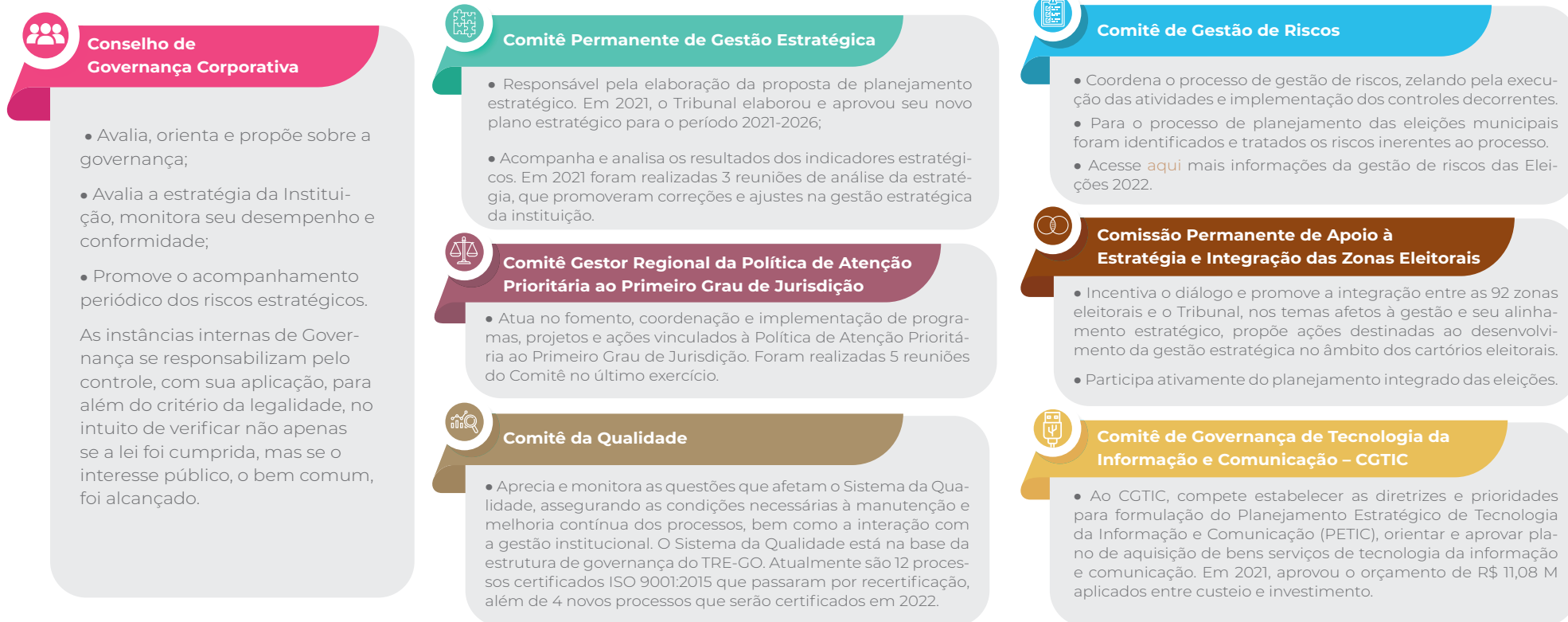


Figura 22: Conselho e principais comitês

Levantamento de Governança Pública (IGG-TCU)

O TRE goiano vem, desde 2017, confirmando tendência evolutiva nos levantamentos de Governança Pública. No entanto, o resultado divulgado referente ao exercício de 2021 mostrou uma pequena queda em alguns indicadores, um reflexo majoritário do ambiente sanitário estabelecido em decorrência da COVID-19, em que as principais atividades foram desempenhadas de forma remota.

Mesmo diante das quedas de alguns indicadores, o Tribunal alcançou evolução expressiva nos quesitos capacidade de liderança, capacidade de governança, capacidade em controle, com destaque para a capacidade de estabelecer sua estratégia. Há de se considerar que a estratégia para o ciclo 2021-2026 prioriza o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança da Justiça Eleitoral.

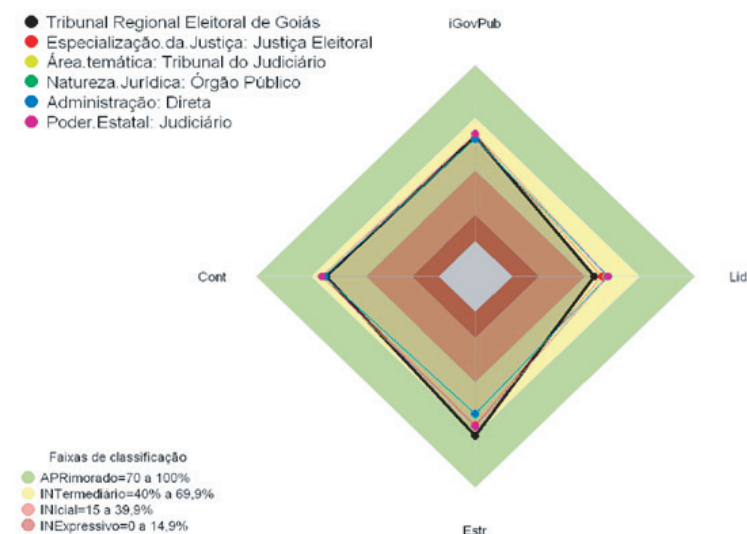
É importante alertar que, de acordo com o TCU, o uso do iGG (ou de seus subindicadores) na forma de ranking pode não ser adequado em várias situações, pois frequentemente as organizações públicas não são diretamente comparáveis, senão com aquelas do mesmo segmento e condições.

É importante destacar que o estímulo dado pelo levantamento de governança pública é o de avaliação dos riscos reais enfrentados e que venham a implementar somente os controles necessários. Portanto, foram estabelecidas metas próprias para cada subindicador definido pelo levantamento.



Os levantamentos de Governança Pública medem a capacidade de governança e de gestão das organizações públicas, ao aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e controle, bem como de práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações.

Índice de governança pública - iGovPub



Ano	Classificação	iGovPub ¹	iGovTI	Em 2019 e 2020 os levantamentos de governança pública não foram realizados.
2017	Intermediário	63%	66%	
2018	Intermediário	64%	68%	
2021	Intermediário	59,4%	52,9%	

¹Índice de governança pública - TCU

Tabela 1: Índice de governança pública - iGovPub

Levantamento do Nível de Maturidade e Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2021)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, a avaliação do nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, por meio da aplicação do iGovTIC-JUD.

O índice é composto por tópicos alinhados às diretrizes estratégicas de TIC, estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). A partir da publicação da nova ENTIC-JUD ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)), novos requisitos deverão ser atendidos pelo Poder Judiciário. Sendo assim, foram adotados critérios inéditos de avaliação, bem como uma nova metodologia de cálculo e a inclusão de temas não percorridos anteriormente.

A abordagem do novo questionário foi distribuída em temas abrangendo os domínios “Governança e Gestão de TIC” e “Gerenciamento de Serviços de TIC”, conforme estabelecido na [ENTIC-JUD 2021-2026](#). O valor 60,41, obtido pelo TRE-GO no [iGovTIC-JUD 2021](#), é um resultado positivo, uma vez que, perante as considerações supracitadas, foi possível permanecer no nível de maturidade “Aprimorado”, em virtude da implementação de iniciativas e ações estratégicas focadas na modernização da infraestrutura de TIC, no aprimoramento dos processos de governança e de segurança de TIC e na instituição da Política de Gerenciamento de Serviços de TIC.

Ano	Classificação	iGovTIC-Jud ¹
2018	Aprimorado	0,66
2019	Aprimorado	0,73
2020	Aprimorado	0,77
2021	Aprimorado	60,41 ²

Tabela 2: iGovTIC-Jud

¹ Índice de governança de TIC – Judiciário - CNJ

² Em 2021 o CNJ alterou a metodologia para cálculo da nota do iGovTIC-Jud, passando a representá-la com até três inteiros e duas casas decimais.

Relacionamento com a Sociedade

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, da Pandemia COVID-19, o mundo foi obrigado a adotar novas práticas de convivência, trabalho, educação dentre outras.

Dentro desse contexto, a Justiça Eleitoral também teve que se adequar à nova realidade, adotando o trabalho telepresencial como regra, realizando sessões plenárias por meio de videoconferência de forma contínua, implementando o atendimento ao cidadão mediado por recursos de tecnologia da informação como aplicativos de mensagens e sistemas informatizados, atualizados para o propósito, entre outras medidas.

Nesse ambiente de pandemia, a Justiça Eleitoral passou por uma verdadeira reinvenção, sem com isso comprometer sua celeridade, produtividade ou compromisso com a presteza e eficiência. Os atendimentos às partes continuaram a ser realizados também de modo virtual e, nos casos em que se fizeram necessários, as audiências e atendimentos foram realizados presencialmente, observados todos os protocolos de segurança.

No decorrer de 2021, com a continuidade das restrições impostas à realização de atividades presenciais de forma plena, foram mantidos e melhorados os atendimentos virtuais aos cidadãos e instituições usuárias dos serviços da Justiça Eleitoral, destacando-se:

Atendimento pelo WhatsApp

O uso do aplicativo WhatsApp no TRE-GO, normatizado pela [Portaria nº 122/2020 – PRES](#) e [Resolução nº 329/2020](#), levou os principais serviços da Justiça Eleitoral aos mais de 4 milhões de eleitores goianos.



Serviços:

1. alistamento eleitoral;
2. transferência;
3. revisão com mudança de Zona Eleitoral, em caso de justificada necessidade de facilitar a mobilidade do eleitor;
4. revisão com alteração de dados indispensáveis para expedição de documentos ou exercício de direitos; e
5. revisão para regularização de inscrição cancelada, inclusive para aqueles que não compareceram à revisão do eleitorado para coleta de dados biométricos.

Figura 23: WhatsApp Justiça Eleitoral

Transparência

Sendo a transparência um dos princípios da Administração Pública, a instituição desenvolve permanentemente iniciativas de aperfeiçoamento da transparência das informações ao público externo.

Desta forma, o TRE-GO alcançou, em 2021, no Ranking de Transparência do CNJ, 96,91% de aderência ao preconizado pelo Conselho, superando o índice de 2020, quando alcançou 94,26%. O Ranking de Transparência, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, já está em sua quarta edição. Realizado anualmente, busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação aos cidadãos de forma clara e organizada.

Ranking de Transparência CNJ

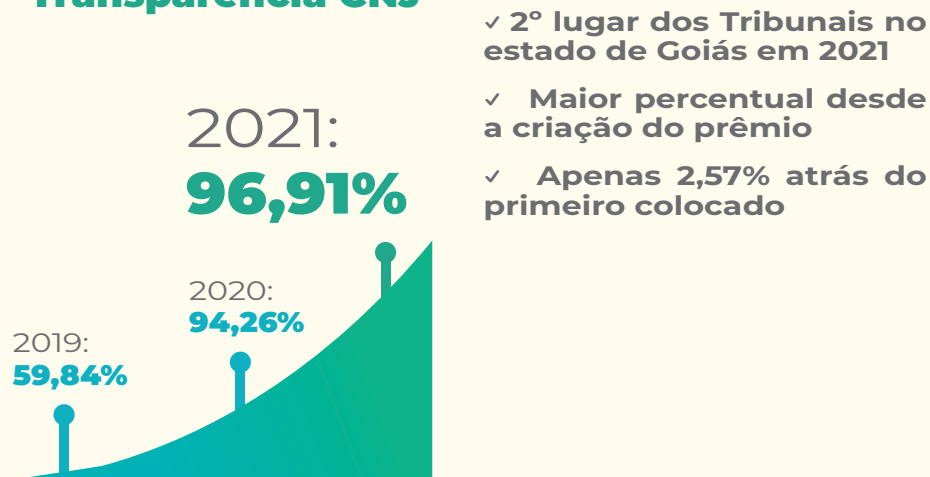


Figura 24: Ranking Transparência CNJ

Prêmio CNJ de Qualidade

Outro meio de avaliação da qualidade da prestação de serviços e comunicação com o cidadão é o Prêmio CNJ de Qualidade.

Instituído pela Portaria CNJ nº 135/2020, o Prêmio tem por objetivo fomentar a busca pela excelência na gestão e planejamento, na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, com foco na prestação jurisdicional.

Em 2021, o TRE-GO manteve o Selo Prata, com pontuação acima do resultado obtido no ano anterior, passando de 70,28% para **80,23%**, o que indica um crescimento da maturidade da organização em face das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

TRE-GO É PRATA

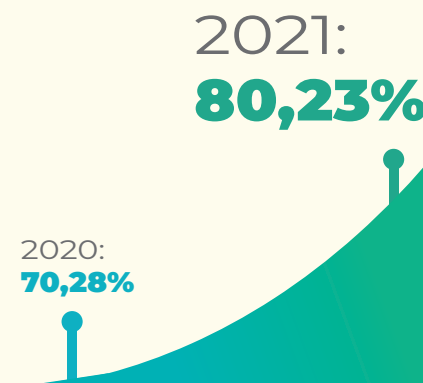


Figura 25: Selo Prata - Prêmio CNJ de Qualidade

Partes interessadas

No contexto de atuação da instituição, quando inseridos no ambiente produtivo, as partes interessadas pertinentes são aquelas que fornecem risco significativo para a sustentabilidade organizacional caso suas necessidades e expectativas não sejam atendidas.

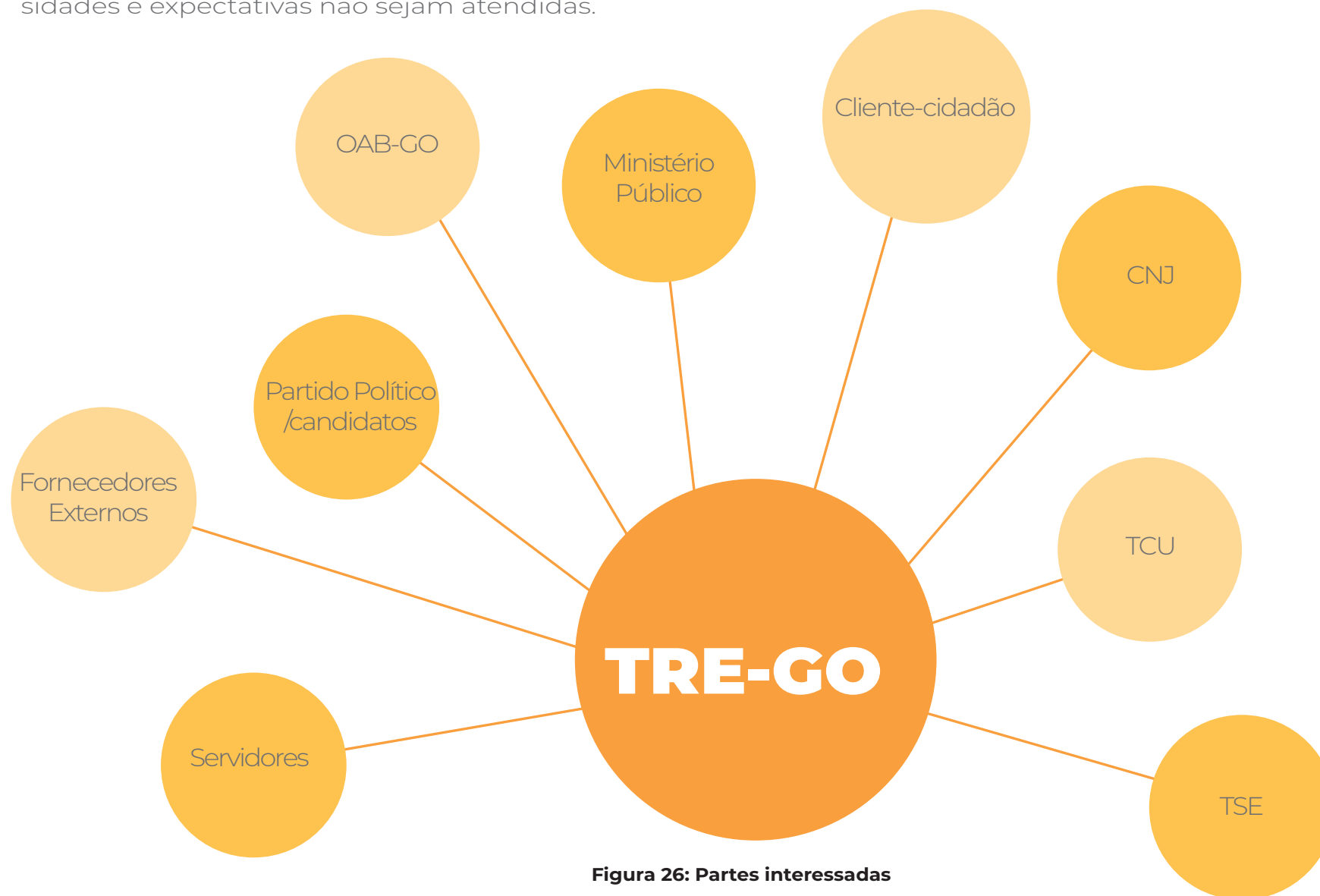


Figura 26: Partes interessadas

Atendimento

A partir de dados observados no acesso ao auxílio emergencial, observa-se que 25% da nossa população não tem acesso à internet e, conseqüentemente, fica excluída dos canais de atendimento remoto e online. Entretanto, temos 75% da população com amplo acesso à internet.



Objetivo Estratégico 1: **Garantir a legitimidade do Processo Eleitoral**

Iniciativa: Promover ações de melhoria no atendimento aos clientes

Indicador: Índice de Melhorias no Atendimento

Figura 27: Objetivo Estratégico

O atendimento é prioridade da instituição, constando no Planejamento Estratégico 2021-2026, com dois objetivos principais: garantir o atendimento presencial e telefônico para a população excluída da internet e ampliar os canais de atendimento online para os demais eleitores com amplo acesso à internet.

Atendimento ao eleitor

Presencial/Telefone/E-mail:

- Centrais de Atendimento ao Eleitor
- Unidades do Vapt-Vupt
- Zonas Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Endereço: Praça Cívica, 300, Centro, Goiânia – GO

CEP: 74003-010

www.tre-go.jus.br

Telefone: 62 3920-4114

Atendimento: Segunda à sexta, das 11h às 19h



O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás oferece atendimento ao eleitor nas modalidades presencial, telefone e e-mail, remoto e online, conforme diagrama abaixo.

A Justiça Eleitoral oferece um amplo portfólio de serviços, que podem ser acessados via WhatsApp, **Título Net** e **portal**.

Para atender principalmente os excluídos digitais, foram ampliados os pontos de atendimento presencial, com vários postos de atendimento da Justiça Eleitoral nas Unidades do Vapt-Vupt, que têm grande capilaridade e localização privilegiada em Goiás, assim como que o eleitor de Goiás, pode ser atendido em qualquer município que tenha cartório eleitoral.

299.290 atendimentos

TRANSFERÊNCIA

47.381

2º VIA

5.466

ALISTAMENTO

95.564

REVISÃO

39.135

QUITAÇÃO DE MULTAS

72.180



Fonte BI

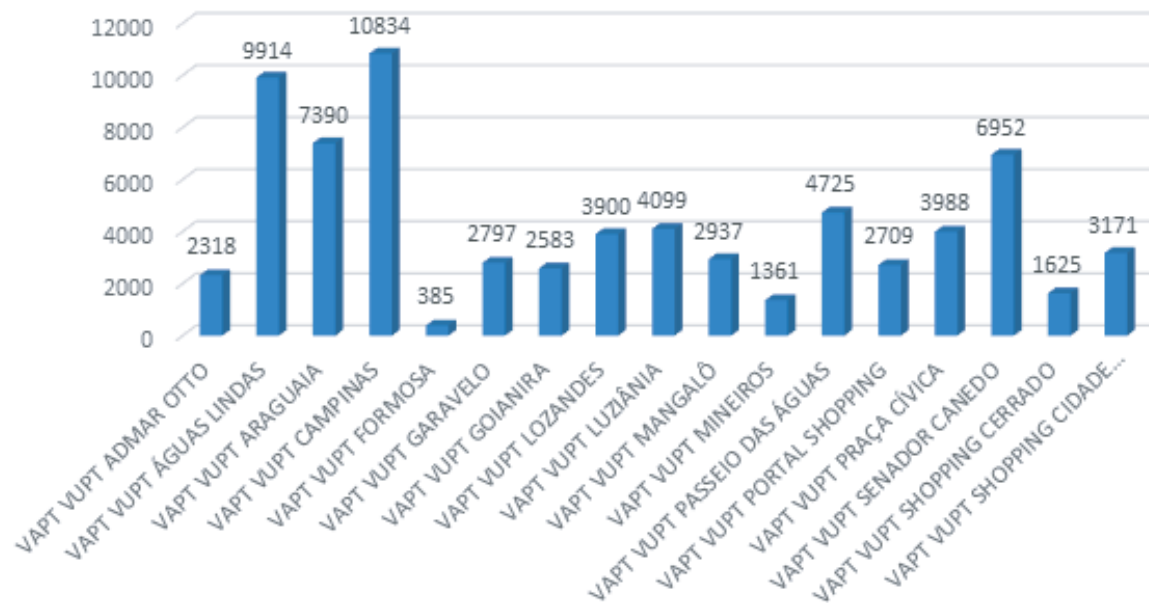
Figura 28: Atendimentos

Para tanto, utilizou-se de uma parceria estratégica com o Governo do Estado de Goiás via Convênio nº 11/2018. Esse modelo de compartilhamento de infraestrutura e pessoas promove uma redução de custos para os entes públicos e amplia a facilidade dos cidadãos em acessar os serviços, sendo benéfico para todos os envolvidos.

No ano de 2021, foram **258.346 atendimentos** registrados no Sistema Elo para os serviços listados abaixo:

Nas unidades do Vapt-Vupt, foram realizados **71.688 atendimentos**, correspondendo a cerca de 27,6% do total.

Atendimentos no Vapt-Vupt

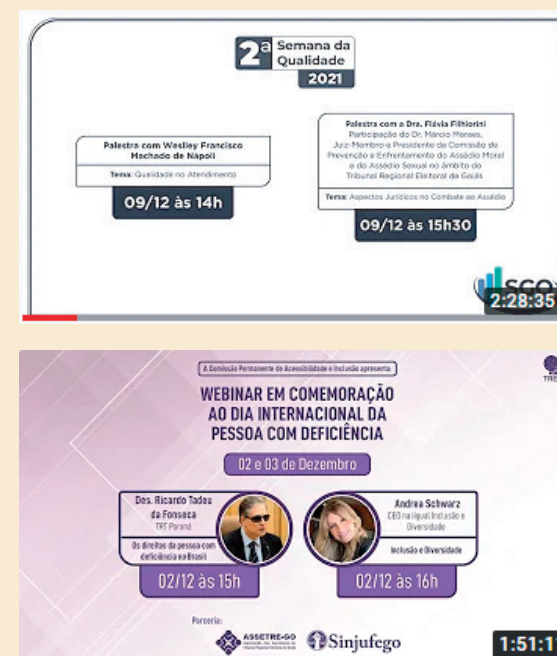


99% DE APROVAÇÃO

Figura 29: Atendimentos Vapt Vupt

Webinários

Visando aperfeiçoar o processo de atendimento ao eleitor, foram promovidos dois webinars sobre o tema: Acessibilidade com Foco no Atendimento e Qualidade no Atendimento.



Planejamento da organização

O planejamento estratégico observa os princípios constitucionais dispostos no art. 37, caput, da Constituição:



“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça por meio da [Resolução CNJ nº 325/2020](#), a partir do sexênio 2021-2026 houve um alinhamento do planejamento estratégico do TRE-GO às estratégias do Poder Judiciário em todos os segmentos de justiça, criando a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

O TRE-GO atendeu tempestivamente à determinação do CNJ e aprovou, por meio da [Portaria n. 159, de 30 de junho de 2021](#), seu [Plano Estratégico 2021-2026](#).

Desdobramento da Estratégia Institucional

As estratégias estabelecidas pelo TRE-GO visando alcançar seus objetivos encontram-se desdobradas nos seguintes planos:

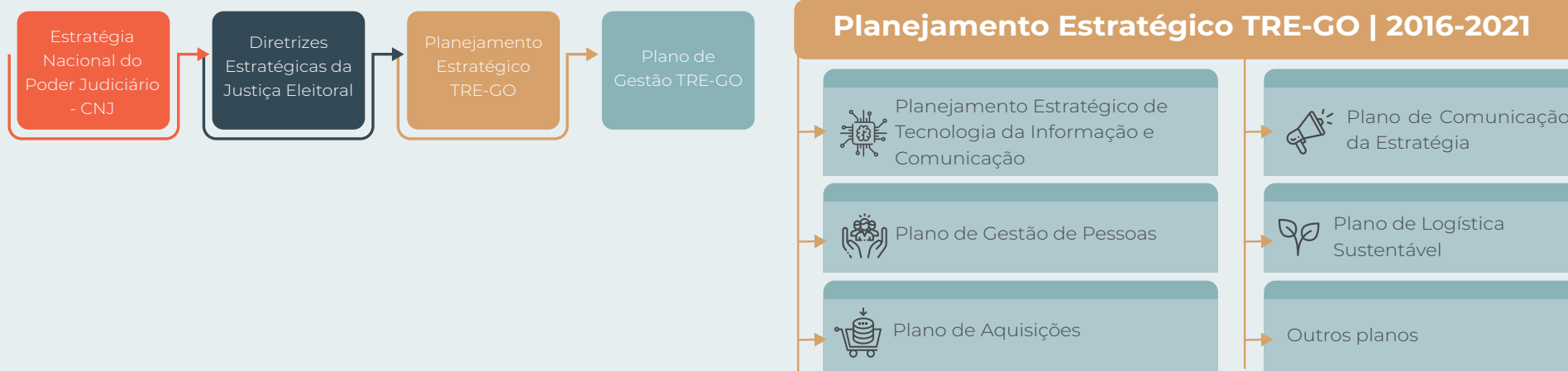


Figura 30: Desdobramento da Estratégia Nacional

Vinculação de objetivos funcionais aos objetivos estratégicos

A vinculação dos objetivos funcionais aos objetivos estratégicos encontra-se dinamizada segundo as relações de causa e efeito apresentadas no mapa estratégico abaixo:

Mapa Estratégico Integrado, objetivos funcionais e estratégicos

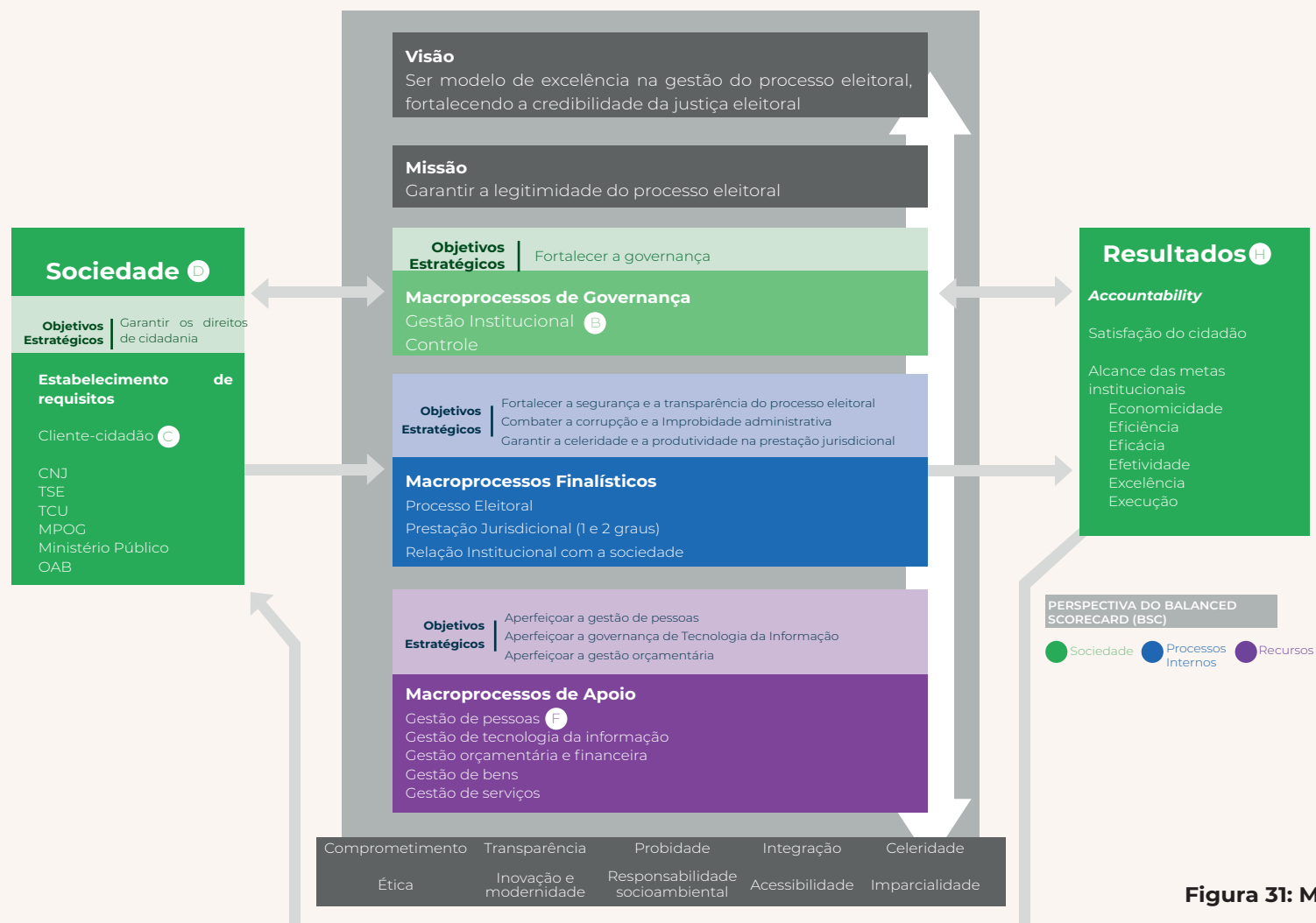


Figura 31: Mapa estratégico

Objetivos Estratégicos

Conforme mencionado, o TRE-GO tem sua estratégia alinhada à Estratégia Nacional do Judiciário. Nesse sentido, em seu planejamento de longo prazo, a Corte Eleitoral elegeu oito objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas de monitoramento dos resultados da gestão. Tais objetivos foram replicados no Plano de Gestão, que abrange o período das contas ora prestadas:

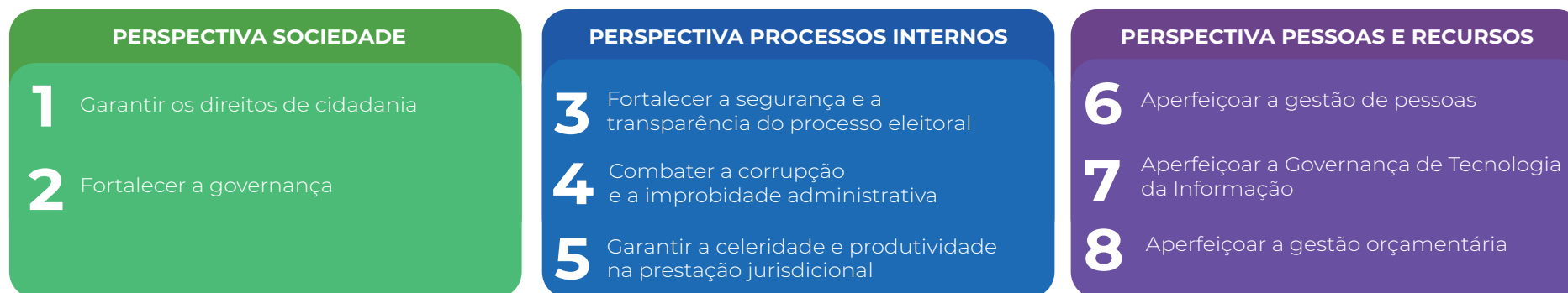


Figura 32: Objetivos estratégicos

Indicadores Estratégicos

Os indicadores estratégicos reúne os subindicadores de apoio, com o objetivo de medir o desempenho das iniciativas definidas para cada objetivo estratégico. Neste sentido, observando a análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do órgão referente ao exercício de 2021, verifica-se que 62,5% dos indicadores estratégicos alcançaram resultados satisfatórios para o período:

Índice de cumprimentos das metas

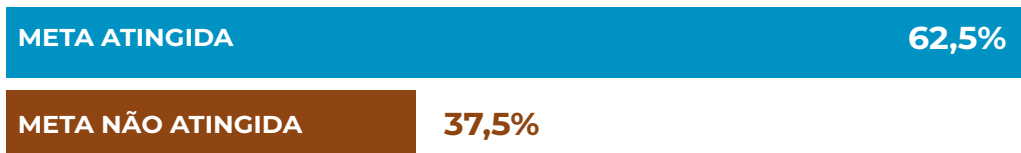


Figura 33: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos

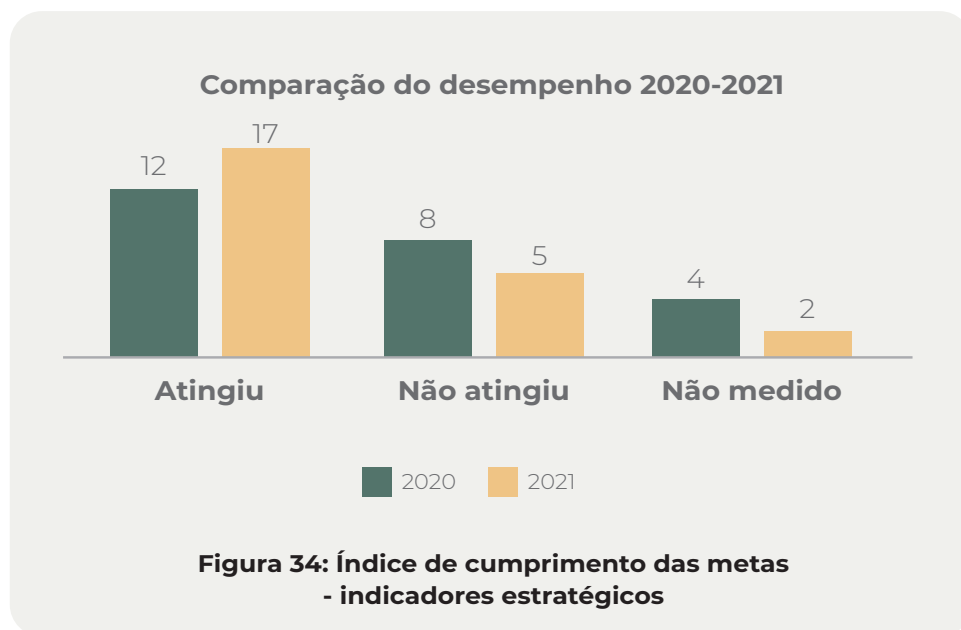
Indicador	Meta	Resultado
IE 1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania	85%	100%
IE 2 - Índice de fortalecimento da governança	74%	73%
IE 3 - Índice de Fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral	80%	55,8%
IE 4 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa	95%	100%
IE 5 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	80%	87%
IE 6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas	90%	80,6%
IE 7 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	75%	53%
IE 8 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária	84%	83,9%

Tabela 03: Indicadores, resultados e metas

Indicadores de apoio e desempenho

Propostos e aprovados pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica – CPGE, são provenientes de fontes diversas, de avaliações de iniciativas das unidades ou das análises dos processos. Uma vez definidos, os indicadores são incorporados ao Painel de Indicadores do Tribunal.

O desempenho da estratégia alcançou o índice de 77%, foram lidos 22 indicadores, sendo 17 com resultados satisfatórios, 5 indicadores apresentaram medição abaixo da meta, destes, 60% obtiveram resultados muito próximos das metas estabelecidas.



Conforme figura ao lado, os resultados alcançados em 2021 foram bem superiores em comparação ao desempenho do ano anterior.

Observa-se que o desempenho positivo da organizacional se deve muito a eficiência das medidas adotadas e da rápida adaptação ao modelo híbrido de trabalho (presencial/remoto), em meio as restrições sanitárias.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um dos objetivos estratégicos; os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

OE 1 - Garantir os direitos de cidadania

Garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

Diretriz Estratégica:

Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Relação institucional com a sociedade

Processos	Produto
Atendimento ao público	Público atendido
Educação para a cidadania	Ações educativas realizadas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Ampliar os projetos de promoção dos direitos da cidadania;
- Aprimorar as ações de educação em Direito Eleitoral;
- Aperfeiçoar as ações de responsabilidade socioambiental;
- Melhorar a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral;
- Construir conteúdo jornalístico e conteúdo digital que busque informar e esclarecer o eleitor a respeito do processo eleitoral e dos valores e ações institucionais;
- Aperfeiçoar o relacionamento da Justiça Eleitoral goiana com o Cliente-cidadão, referente à solicitação de informações, apresentação de sugestões, reclamações, denúncias relativas a prestação de serviços.

Desafios e perspectivas futuras

- Impacto no planejamento de ações em cidadania, em virtude da permanência da pandemia pelo novo coronavírus, evidenciada pelo surgimento constante de novas variantes; Realização de ações de cidadania com baixo acesso à internet pelas classes mais pobres;
- Aumento da demanda em ano eleitoral por informações junto a Ouvidoria;
- Melhorar a gestão de resíduos, com o aperfeiçoar da coleta e expandir a lista de materiais a serem coletados;
- Priorizar e gerenciar os riscos ambientais nos moldes da NBR ISO 14001.

Resultados dos Indicadores Associados



IA1.1: Índice de participação nos projetos de cidadania

IA1.2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à ouvidoria

IA1.3: Índice de satisfação do cliente da Justiça Eleitoral em Goiás

Resultados alcançados

- 9.157 pessoas beneficiados com projetos de cidadania da Justiça Eleitoral;
- Implantação de nova pesquisa manifestação social;
- 100% de satisfação dos eleitores atendidos pela Ouvidoria – Cliente Interno e Externo;
- 100% - Satisfação do atendimento pela ferramenta do Balcão Virtual;
- 95,62% de satisfação do cliente no atendimento (ICA);
- Campanha do primeiro voto: Em 2021 foram 41 posts focados em incentivo do jovem a votar, 8 previstos para 2022. Mais de 10 mil visualizações, correspondendo a mais de 10% do eleitorado jovem;
- Implantação da Ouvidoria da mulher
- Realização do evento TRE Mulher
- Redução de 34% no consumo médio de combustíveis, 71% de papel e 8% no consumo de energia.
- 7 reformas em edifícios com foco principalmente em acessibilidade às pessoas com deficiência. Cartórios de Luziânia, Valparaíso, Campos Belos, Morrinhos e Uruaçu, Edifício Sede. Concluídos dois projetos de reforma dos cartórios de Palmeiras de Goiás e Campos Belos.

Justificativa para o resultado

Objetivo estratégico foi alcançado.

Desempenho positivo dos projetos de cidadania, se deve muito as ações na modalidade remota e a realização do programa "Conversando com a Justiça Eleitoral".

A meta estabelecida para atendimento das demandas dirigidas à Ouvidoria, vem sendo atingidas nos últimos anos. Esta meta deverá ser elevada para patamares mais desafiadores.

No caso dos indicadores socioambientais no 2º semestre de 2021 mostrou-se satisfatória, com exceção do aumento de consumo de água em função de uma maior circulação de pessoas nos edifícios devido ao retorno parcial dos trabalhos presenciais.

Figura 35: Objetivo estratégico 1

OE 2 - Fortalecer a governança

Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-GO produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projeto.

Diretrizes Estratégicas:

- ✓ Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços
- ✓ Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e gestão de riscos.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão institucional

Processos	Produto
Gestão da Estratégia	Plano estratégico elaborado, executado e monitorado
Gestão de Projetos	Projetos estratégicos executados e acompanhados, conforme metodologia de gestão de projetos implantada
Gestão de Processos	Processos estratégicos de trabalho mapeados, analisados e melhorados, conforme metodologia de gestão de processos implantada.
Gestão da Qualidade	Sistema de Gestão da Qualidade
Gestão Socioambiental	Meio ambiente equilibrado e condições sociais melhoradas, conforme plano de sustentabilidade
Gestão da informação/ Comunicação	Documentos Elaborados, identificados, catalogados, armazenados e disponibilizados.
	Comunicação institucional adequada.

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aprimorar e aperfeiçoar os canais de comunicação interna;
- Aperfeiçoar a gestão da estratégia;
- Promover o desdobramento da estratégia por meio dos planos táticos das unidades;
- Promover a melhoria contínua dos macroprocessos da cadeia de valor;
- Aperfeiçoar a transparência na prestação de contas da Justiça Eleitoral.

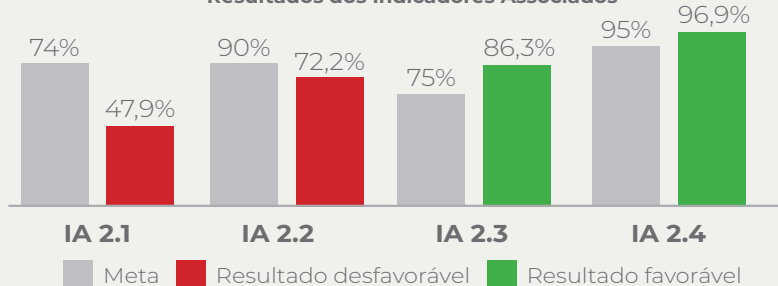
Resultados alcançados

- TCU classificou o Tribunal no nível de governança intermediário, índice de 47,9%.
- 80,22% Do plano de aquisição e contratações (PAC) foram executadas.
- 86,83% das iniciativas estratégicas foram iniciadas ou concluídas no período, sendo 38 iniciativas de 44 definidas. 6 iniciativas foram impactadas pela permanente das restrições sanitárias impostas pelo COVID-19.
- 96,91% de alcance no Ranking da Transparência do Poder Judiciário - 2021;
- Implantação do sistema de acompanhamento de ações, SE SUITE PLANO DE AÇÃO, recursos tecnológicos de gestão de programas, projetos e ações desenvolvidos pelas unidades do Tribunal;
- Aprovação do Plano de Comunicação Institucional (SEI: 21.0.000005056-0).
- Aprovação e publicação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC 2021-2026.

Desafios e perspectivas futuras

- Aprimorar a governança baseada em gestão de riscos
- Superar os Impactos no planejamento de ações em cidadania, em virtude da permanência da pandemia pelo novo coronavírus, evidenciada pelo surgimento constante de novas variantes; Realização de ações de cidadania com baixo acesso à internet pelas classes mais pobres;
- Aumento da demanda em ano eleitoral por informações junto a Ouvidoria;
- Melhorar a gestão de resíduos, com o aperfeiçoar da coleta e expandir a lista de materiais a serem coletados;
- Priorizar e gerenciar os riscos ambientais nos moldes da NBR ISO 14001.

Resultados dos Indicadores Associados



IA2.1: Índice de adequação ao planejamento das aquisições
 IA2.2: Índice de conformidade ao prazo
 IA2.3: Índice de desempenho do plano de logística sustentável
 IA2.4: Índice de transparência da Justiça Eleitoral (CNJ)

Justificativa para o resultado

No geral, o objetivo estratégico foi alcançado. O desempenho dos indicadores demonstra que as ações executadas levaram a superação das metas.

O desempenho positivo dos projetos de cidadania, se deve muito as ações na modalidade remota e a realização do programa "Conversando com a Justiça Eleitoral".

A meta estabelecida para atendimento das demandas dirigidas à Ouvidoria, vem sendo atingidas nos últimos anos. Esta meta deverá ser elevada para patamares mais desafiadores.

No caso dos indicadores socioambientais no 2º semestre de 2021 mostrou-se satisfatória, com exceção do aumento de consumo de água. Provavelmente, uma maior circulação de pessoas nos edifícios devido ao retorno parcial dos trabalhos presenciais.

O índice alcançado no ranking de transparência do CNJ é resultado do compromisso da Alta Administração do Tribunal em agregar valor público à sociedade.

Figura 36: Objetivo estratégico 2

OE 3 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Certificar o Processo Eleitoral com padronização das práticas e definição de riscos, objetivando o melhor nível de qualidade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Processo Eleitoral

Processos	Produto
Planejamento de Eleições	Plano de eleições
Cadastro Eleitoral	Cadastro atualizado
Gerenciamento de dados partidários	Órgão partidário gerenciado
	Filiação partidária gerenciada
	Propaganda partidária gerenciada
Registro de Candidaturas	Candidaturas julgadas
Propaganda Eleitoral	Propaganda eleitoral fiscalizada
Atos preparatórios	Mesário convocado/treinado
	Seções e locais de votação preparados e acessíveis
	Urnas preparadas
Votação	Votos e justificativas captados
Apuração e totalização	Votos apurados e totalizados
Divulgação de resultados	Resultado divulgado
Prestação de contas de campanha	Contas julgadas
Diplomação	Candidatos diplomados
Avaliação do processo eleitoral	Processo avaliado

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral
- Ampliar divulgação sobre a atuação da Justiça Eleitoral

Resultados alcançados

- Realizadas 10 (dez) inspeções, alcançando o índice de 55,88% da meta de unidades inspecionadas;
- Implantação de solução tecnológica de gestão do conhecimento denominada WIKICRE, onde são registradas as orientações, práticas cartorárias e demais assuntos de interesse das zonas eleitorais;
- Realização do I Seminário Estratégia com Qualidade, transmitido (YouTube), alcançando unidades da administração, incluindo as zonas eleitorais. A média de alcance de servidores que ocupam cargos (CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4) e função comissionada (FC6) na sede deste Tribunal ficou em 26,78%.
- 116 Entrevistas concedidas a imprensa;
- 289 Matérias para o portal de internet do TRE-GO
- 1.263 matérias do TRE-GO veiculadas na imprensa.
- 55 vídeos produzidos com alcance de 46.505 visualizações no (YouTube), incluindo as sessões plenárias
- 1.550 publicações nas redes sociais do órgão (Campanhas de esclarecimento sobre: Conscientização do cidadão eleitor dos seus direitos, do voto consciente; Papel da Justiça Eleitoral, da transparência do processo eleitoral e da segurança da urna eletrônica), sendo: 512 (Instagram), 532 (Facebook) e 506 (Twitter)
- 512.794 alcances nas redes sociais do órgão

Desafios e perspectivas futuras

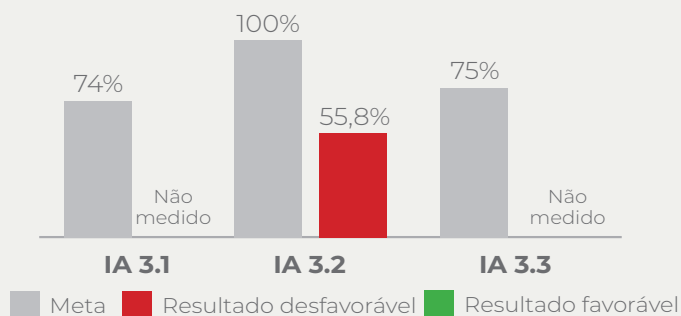
- Consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica;
- Enfrentamento de ambiente eleitoral hostil;
- Retorno da programação de inspeções cartorárias presenciais;
- Uso de formatos de trabalho híbridos na execução das atividades do processo eleitoral;
- Retomada da certificação (ISO 9001) de processos de eleição;
- Aprovação da nova Cadeia de Valor do Tribunal;

Justificativa para o resultado

O indicador IA3.1 é medido somente em anos eleitorais, quando acontece as eleições, neste sentido, tem seu desempenho aferido nos anos pares. Já o indicador IA3.3, teve seu desempenho prejudicado em decorrência das dificuldades na contratação de instituição certificadora.

Quanto ao indicador IA3.2, a realização de inspeções cartorárias nas zonas eleitorais durante o período de aferição (2020/2021) foi substancialmente afetada pelo advento de medidas sanitárias restritivas decorrentes da pandemia de COVID-19, o que levou à edição do Provimento VPCRE/GO nº 3/2020 (de 18 de março de 2020) – que suspendeu a execução do Plano Anual de Inspeções de 2020. Destaca-se que em outubro de 2020, ainda sob efeito da suspensão das inspeções presenciais, por meio do Provimento VPCRE/GO nº 10/2020, foi regulamentada a modalidade de inspeções virtuais no âmbito deste TRE/GO.

Resultados dos Indicadores Associados



IA3.1: Índice de desempenho dos processos de eleição
 IA3.2: Índice de inspeções nos cartórios eleitorais
 IA3.3: Quantitativo de processos certificados da cadeia de valor

Figura 37: Objetivo estratégico 3

OE 4 - Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, priorizou-se a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e da fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

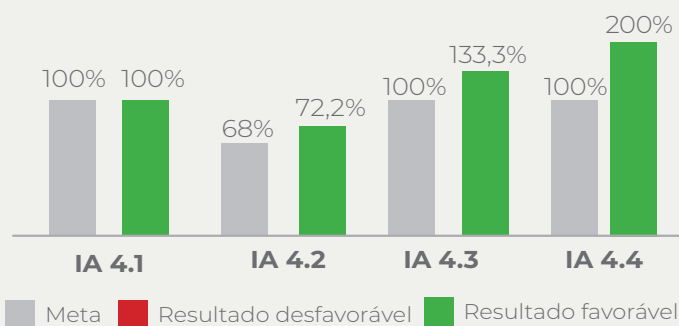
Cadeia de Valor - Macroprocesso Controle

Processos	Produto
Fiscalização da Gestão	Plano anual de fiscalização
Processamento do Controle Externo	Determinações e recomendações observadas
Auditoria Interna	Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA)
Correição	Relatório de Correição
Inspeção	Relatório de Inspeção

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Resultados dos Indicadores Associados



IA4.1: Índice de execução do plano anual de auditoria

IA4.2: Índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria

A4.3: Índice de julgamento de processos prioritários 1º grau (Meta 4 CNJ)

A4.4: Índice de julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ)

Resultados alcançados

- Foram planejadas quatro atividades para o primeiro semestre e quatro para o período seguinte, todas as auditorias programadas tiveram seus trabalhos inaugurados tempestivamente;
- Cumprimento de 106% da meta estabelecida para a implementação das recomendações expedidas pela unidade de auditoria;
- Elaboração da Política e Programa de Integridade e Compliance do Tribunal. Aprovada em fevereiro/2022 - Resolução TRE-GO N°361/2022.
- No âmbito de 1º Grau, foram julgados 136,63% de processos prioritários em relação a meta estipulada;
- No âmbito do 2º grau, foram julgados 4 processos das eleições de 2018 e 27 das eleições de 2020 abrangidos pela Meta 4 do CNJ, com desempenhos, respectivamente, de 88,89% e 200% das metas do período 2021.

Justificativa para o resultado

Transferência da Auditoria de Contratação de Obras e Reformas para o primeiro semestre de 2022. Ações estratégicas junto as unidades para o cumprimento das recomendações de auditoria.

Recomendações de duas auditorias de 2020, totalmente implementadas e autorizada sua baixa pela Presidência.

Desenvolvimento de recurso com uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que viabilizou um desempenho superior à meta estabelecida para os processos do 1º grau.

Por se tratar de ações originárias, os feitos das eleições de 2018 possuem tramitação mais demorada, o que dificultou o alcance integral da Meta.

Desafios e perspectivas futuras

✓ Com os inesperados acontecimentos da COVID-19, mantém-se a perspectiva de avanço nas atividades desenvolvidas. De 32% de execução das recomendações expedidas de 2011 a 2019, em 2020 houve um avanço do índice para 69,5% de cumprimento das recomendações expedidas, já em 2021 o índice saltou para 72,2%, trazendo assim uma melhoria considerável para os processos de trabalho, inclusive no mapeamento das atividades que trazem um incremento na realização das auditorias nas unidades.

✓ Manter o desempenho das unidades na melhoria dos processos estruturantes e da governança corporativa apesar de um cenário externo que nos impõe obstáculos extraordinários com a necessidade de manutenção da máquina e dos serviços ao cidadão, com pouco fôlego corporativo para incrementos.

✓ O próximo exercício (2022), por ser posterior a ano de eleições gerais, e considerando a complexidade inerente a processos que possam importar em não diplomação ou perda de mandatos eletivos, por certo terá fatores complicadores ao cumprimento da meta estipulada.

Figura 38: Objetivo estratégico 4

OE 5 - Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

Diretriz Estratégica:

Assegurar a transparência, segurança e probidade no Processo Eleitoral.

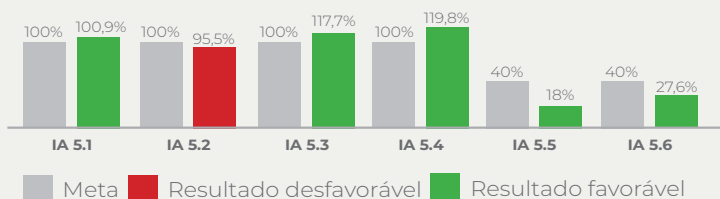
Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos > protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	> Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	> Acórdãos e decisões monocráticas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Desenvolver ações para agilizar o trâmite processual

Resultados dos Indicadores Associados



IA5.1: Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau (meta 1 CNJ)

IA5.2: Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau (meta 1 CNJ)

IA5.3: Índice de julgamento de processos antigos 1º grau (Meta 2 CNJ)

IA5.4: Índice de julgamento de processos antigos 2º grau (Meta 2 CNJ)

IA5.5: Taxa de congestionamento 1º grau

IA5.6: Taxa de congestionamento 2º grau

Resultados alcançados

- O índice de julgamento de processos de conhecimento 1º atingiu 100,94% da meta. No 2º grau alcançou 95,58%;
- Julgamento de + 27 mil processos de candidatos - Eleições 2020.
- 117,73% dos processos antigos 1º grau julgados;
- 119,81% dos processos antigos 2º grau julgados;
- Taxa de congestionamento no 1º grau, em 2021, foi de 18%, enquanto no 2º grau foi de 27,65%, diante de uma meta de 40% (índice quanto menor melhor).

Desafios e perspectivas futuras

- Estima-se um número elevado de casos novos a partir de agosto, razão pela qual revela-se importante julgar a maior quantidade possível de feitos no primeiro semestre;
- Por tratar-se de ano de eleições gerais, as unidades de primeiro grau serão orientadas a priorizarem os julgamentos dos processos ainda em estoque no primeiro semestre;
- Para 2022, a perspectiva é no sentido de que a taxa de congestionamento fique em torno de 35%.
- Tendo em vista que 2022 se trata de ano eleitoral, em que há distribuição de número elevado de processos no segundo semestre, considera-se desafio para o alcance das metas, realizar a baixa do maior número possível de feitos no primeiro semestre, especialmente porque as prestações de contas dos candidatos não eleitos ficarão pendentes, em razão da época da apresentação (novembro), e possivelmente uma parte das prestações de contas dos eleitos não estará em condições de arquivamento no final do exercício, por conta dos prazos processuais ainda em curso.

Justificativa para o resultado

Nas Eleições Municipais de 2020 houve um aumento de aproximadamente 30% na quantidade de Registros de Candidaturas (em relação ao pleito anterior), o que levou a um aumento na mesma proporção na quantidade de Prestações de Contas Eleitorais – elevando a dificuldade para o atingimento da meta.

O Glossário das Metas Nacionais 2021, do CNJ, previu que as prestações de contas dos candidatos não eleitos, autuadas e não julgadas em 2020, são consideradas, para fins da Meta 1, como se fossem autuadas em 2021. Isso representou um incremento de 27.244 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e quatro) de novos casos (processos).

Figura 39: Objetivo estratégico 5

OE 6 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-GO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e comportamentais dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Promover a valorização e capacitação do capital humano

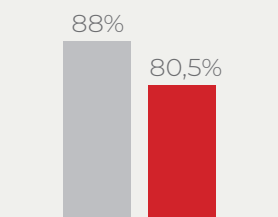
Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Pessoas

Processos	Produto
Gestão do quadro de pessoal	Pessoal selecionado, distribuído, em atividade e com posterior desligamento efetivado
Gestão de atos e registro de pessoal	Atos e registros organizados, direitos e deveres garantidos
Gestão das competências organizacionais	Pessoal qualificado com competências alinhadas aos objetivos organizacionais e comprometido com as responsabilidades e entregas
Atenção ao servidor	Pessoal motivado e com boa saúde física, mental e emocional

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Implantar a governança de pessoas

Resultados dos Indicadores Associados



IA 6.1

■ Meta ■ Resultado desfavorável ■ Resultado favorável

IA6.1: Índice de maturidade em gestão de pessoas - iGovPessoas

Resultados alcançados

- Nos últimos quatro anos, o Tribunal obteve avanço considerável no aperfeiçoando da Governança e Gestão de Pessoas. No exercício 2021 o indicador que aponta o nível de maturidade em gestão de pessoas atingiu 80,59%, cerca de 6,3 pontos percentuais maior que o observado em 2020 (74,33%), porém, inferior à meta de 88,3%.
- Aprovação da Política de Reconhecimento do servidor.
- Aprovação da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.
- 62 eventos de capacitação e desenvolvimento de servidores realizados, com investimento de R\$ 1,8 mi.
- 496 servidores capacitados.

Justificativa para o resultado

O alcance da meta prevista para o exercício 2021 dependia, em boa parte, da aprovação da Política de Avaliação de Desempenho, da conclusão do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho, da definição de ocupações críticas e do desenvolvimento da Gestão por Competências. São ações que se encontram em andamento, mas ainda não foram concluídas.

Por outro lado, a evolução do indicador em 2021 foi impactada positivamente pela aprovação da Política de Reconhecimento, do estabelecimento de metas individuais e/ou equipes alinhadas com as metas organizacionais para parte da equipe, da avaliação dos resultados do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, da identificação de razões para o desligamento voluntário de servidores no Tribunal, além das de caráter legal, bem como das movimentações internas, além do monitoramento de indicadores relevantes da força de trabalho, como turnover, absenteísmo, horas de capacitação, jornada de trabalho, dentre outros.

Desafios e perspectivas futuras

- Para o exercício 2022, a instituição tem o desafio de reformular a composição do indicador estratégico de gestão de pessoas, visando abarcar inovações trazidas no IGG (Índice integrado de governança e gestão públicas), o que implicará nova linha de base para o indicador. Mesmo na composição revisada, vislumbra-se boas possibilidades de impulso do indicador com a conclusão dos projetos em andamento.

Figura 40: Objetivo estratégico 6

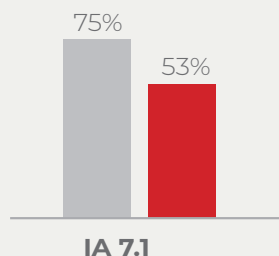
OE 7 - Aperfeiçoar a governança de tecnologia da informação

Visa orientar a utilização dos instrumentos de tecnologia da informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Modernizar a infraestrutura de TI
- Aprimorar os processos de governança de TI

Resultados dos Indicadores Associados



IA7.1: Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)

Justificativa para o resultado

Importa assinalar que, de acordo com o Relatório final do TCU, das 378 organizações avaliadas, 82% encontram-se no estágio inicial e intermediário. Apesar do percentual alcançado em 2021 não ter atingido a meta proposta para o período, esse resultado é positivo perante às novas exigências incorporadas na versão do Questionário 2021, provenientes dos novos desafios impostos pelas atuais demandas que envolvem a Tecnologia da Informação, a exemplo das mudanças trazidas pela pandemia do Covid-19.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Resultados alcançados

Embora o cenário do levantamento 2021 não tenha sido similar ao ciclo anterior, é importante ressaltar que o resultado de 53%, possibilitou ao TRE-GO manter seu índice de governança de TI no nível intermediário. A implementação de diversas ações, tornou possível esse resultado, tais como:

- Modernização da infraestrutura de TI na sede e Zonas Eleitorais;
- Atualização do planejamento estratégico e do plano diretor de TI;
- Implantação de ferramenta de gestão de serviços de TI e do sistema de gerenciamento de ativos de TI;
- Implementação dos processos de gerenciamento de incidentes e de mudanças;
- Ações focadas no aprimoramento da segurança de TI;
- Alinhamento às diretrizes da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 do TRE-GO;
- Elaboração do Plano de Iniciativas para o sexênio 2021-2026;
- Aderência a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral 2021-2024.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Tecnologia da Informação

Processos	Produto
Planejamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)	Inovações e alinhamento de TIC às políticas e diretrizes da Instituição e órgãos superiores e de controle
Desenvolvimento e administração de soluções de TIC	Soluções compostas por bens e/ou serviços de TIC que se integram, visando contribuir para o alcance dos resultados pretendidos pelo TRE-GO.
Gestão de Infra-estrutura de TIC	Infra-estrutura de TIC apropriada à efetiva prestação dos serviços institucionais
Monitoramento e avaliação de TIC	Conformidade e performance das soluções de TIC aos requisitos estabelecidos pelo TRE-GO
Suporte técnico nas soluções de TIC	Continuidade das soluções de TIC

Desafios e perspectivas futuras

Considerando o cenário de utilização do trabalho remoto em grande escala; o crescente número de ataques cibernéticos; a vigência da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD); a defasagem da força mínima de trabalho específica de TI requerida; a ausência de perspectiva de incremento de servidores nos próximos anos; a restrição orçamentária; o posicionamento estratégico da TI como viabilizador da transformação digital dos processos de trabalho finalísticos, apoio, controle e gestão; apontam como principais desafios e futuras ações:

- Aumento da segurança da informação contra os ataques cibernéticos;
- Aprimoramento da gestão da Segurança da Informação e Gestão de Dados;
- Segurança de dados pessoais;
- Ampliação da oferta de serviços em meio digital;
- Simplificação de exigência de comprovantes, dados e dos serviços prestados;
- Participação dos usuários na concepção dos serviços;
- Interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços de TI;
- Integração de canais digitais;
- Disponibilização de recursos tecnológicos que viabilizem o teletrabalho de forma segura e eficiente;
- Redesenho de estruturas organizacionais adequadas e suficientes para suportar todos os processos de governança, de gestão de serviços e de segurança cibernética compatíveis com a relevância e as demandas de TIC.
- Gestão da continuidade do negócio e dos serviços de TIC.

Figura 41: Objetivo estratégico 7

OE 8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar às necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das exigências prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico

Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços

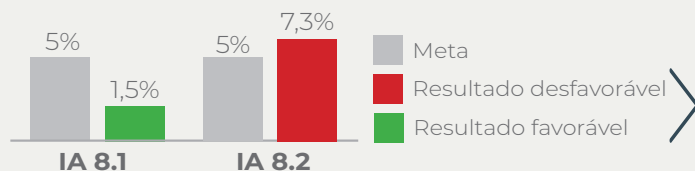
Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- Aperfeiçoar a gestão de contratações e aquisições
- Alinhar o Planejamento Estratégico e o Orçamentário
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Resultados alcançados

- O indicador de desempenho Índice de perdas orçamentárias ficou em 4,36%.
- Já o Índice de inscrição em restos a pagar ficou em 5,92%.

Resultados dos Indicadores Associados



IA8.1: Índice de perdas orçamentárias

IA8.2: índice de inscrição de restos a pagar

Desafios e perspectivas futuras

Embora tenha findado o ciclo estratégico 2016-2021, quando o aperfeiçoamento da gestão de contratações e aquisições esteve em pauta prioritária, ainda há muito de desafio neste quesito. A nova estratégia 2021-2026 determina a continuidade das iniciativas, no sentido de aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.

Melhoria dos processos de aquisições e contratações, baseado na gestão de riscos.

Atender os dispositivos constantes da [Resolução CNJ n. 347/2020](#) e [Lei n. 14.133/2021](#) e efetivá-los.

Promover o controle automatizado do orçamento do Tribunal por meio da implementação do sistema SIAPEX.

Realizar Instrutorias internas para nivelar o conhecimento daqueles que gerem recursos deste Tribunal.

Aperfeiçoamento constante das ações de planejamento e gestão orçamentária, diante da escassez de recursos públicos e do teto constitucional da despesa pública ([EC nº 95/2016](#)).

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira

Processos	Produto
Planejamento Orçamentário	Proposta Orçamentária consolidada Proposta cadastrada e acompanhada no SIOF
Acompanhamento, Execução e Controle Orçamentário	Programação Orçamentária / QDD Relatório da Programação emitido Reserva Orçamentária - PE Atestado da disponibilidade orçamentária
Acompanhamento, Execução e Controle Financeiro	Programação Financeira Relatório de Execução Financeira Despesa Apropriada Despesa Empenhada Pagamento Realizado Registro da Conformidade Tributos Recolhidos
Informações Gerenciais	Tributos informados a fornecedores Dados consolidados para: Relatório de Gestão Fiscal Relatório Integrado de Gestão Relatório de Prestação de Contas Justiça em Números GFIP

Justificativa para o resultado

Os indicadores adotam a polaridade de quanto menor o resultado melhor.

O monitoramento do Plano de Aquisições e Contratações – PAC 2021 e o alinhamento do orçamento ao Planejamento Estratégico, possibilitou uma boa aplicação dos recursos disponibilizados, impactando positivamente no resultado alcançado pelo índice de perdas orçamentárias, superando a meta.

Quanto ao indicador de inscrição em Restos a Pagar acima da meta, é importante destacar: a execução orçamentária apresentou-se em percentuais satisfatórios considerando o cenário que a Administração Pública atravessa de adaptação a novas formas de trabalho em função da persistência da pandemia de COVID-19. Parte dos recursos antes utilizados em manutenções ordinárias de infraestrutura e administrativos, cuja necessidade se reduziu com o trabalho remoto, foram direcionados para renovação do parque de equipamentos de TIC, Softwares e outros bens permanentes. A Administração se empenhou em garantir que todos os contratos tivessem seus pagamentos realizados dentro do exercício. Entretanto, alguns fornecedores não conseguiram entregar parte dos serviços e/ou produtos até dezembro/2021, diante da escassez de insumos e mão de obra, reflexo ainda da pandemia de COVID-19, levando à necessidade maior de inscrições de valores em Restos a Pagar.

Figura 42: Objetivo estratégico 8

Plano de curto prazo (plano de gestão)

O Plano de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico 2016-2021, desenvolvido com a participação colaborativa e integrada das unidades a partir das diretrizes de priorização definidas pela gestão 2020-2022 do Presidente, Desembargador Leandro Crispim, alinhadas às estratégias do Judiciário e diretrizes da Justiça Eleitoral.

O planejamento estratégico institucional define o direcionamento estratégico do órgão através da Missão, Visão, Valores, objetivos estratégicos, indicadores e metas; o Plano de Gestão estabelece as iniciativas do órgão para que o direcionamento estratégico seja alcançado através do cumprimento de suas metas, tendo em vista um período específico.



Define as iniciativas em forma de programas, projetos e planos de ações impulsionadoras na execução da estratégia definida.

Duração 2 anos: Junho de 2020 a abril de 2022

Diretrizes da Gestão



Implementar melhorias dos processos visando a celeridade das ações e decisões administrativas e judiciais com efetividade;

Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços;

Aperfeiçoar a governança institucional;

Promover a colaboração e integração entre as pessoas.

Iniciativas por Objetivo Estratégico

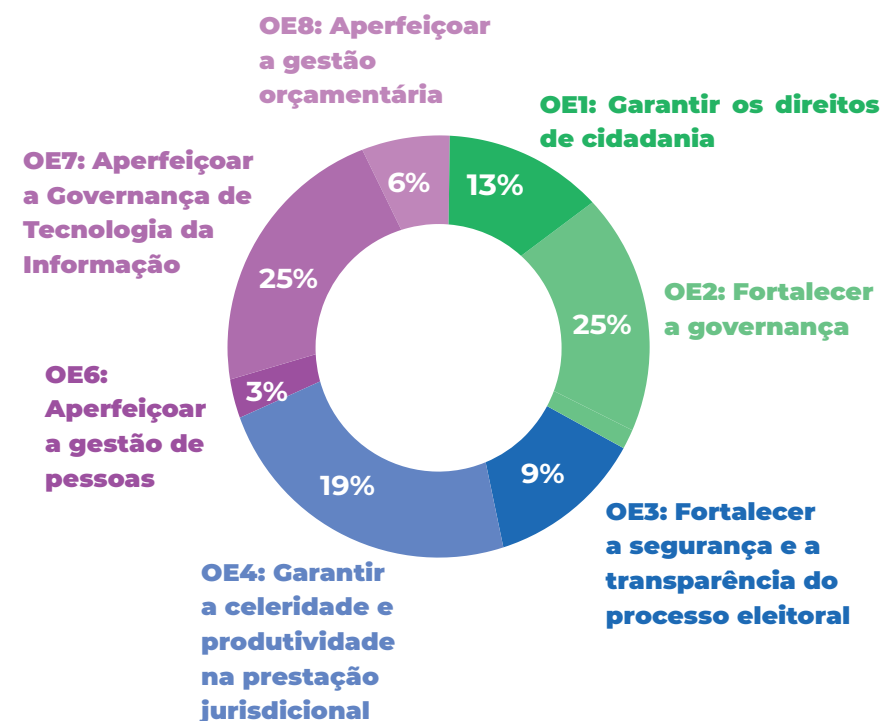


Figura 43: Iniciativas por Objetivo Estratégico

Execução do Plano de Gestão



Situação em 31/12/2021

Figura 44: Execução do Plano de Gestão

Programas / Projetos / Ações

OE1: Garantir os direitos de cidadania

- Descomplicando o Processo Eleitoral
- Pesquisa de manifestação social
- Cartório Eleitoral Online
- Campanha do Primeiro Voto

OE2: Fortalecer a governança

- Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas
- Implementar o Regimento Interno da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
- Implantação do módulo de gestão de riscos no sistema de gestão corporativa
- Elaborar o Plano de Gestão de Riscos das Contratações
- Elaborar nova Cadeia de Valor do TRE-GO
- Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026
- Projeto Memória
- Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral
- Expansão do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade

OE3: Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

- Participação da mulher na política
- Plano Integrado de Eleições
- I Seminário Estratégia com Qualidade - edições 2021 e 2022

OE4: Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

- Implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor
- Regulamentar o juízo 100% digital
- Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º grau para meio eletrônico de tramitação - Pje
- Redução do estoque dos processos de 1º grau e diminuição do seu tempo de julgamento
- Desenvolver sistema eletrônico em substituição aos livros de carga obrigatória
- Programa permanente de acompanhamento de zonas eleitorais

OE6: Aperfeiçoar a gestão de pessoas

- Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas

OE7: Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação

- Melhorias na infraestrutura das aplicações
- Otimização dos controles de acesso aos sistemas
- Implantar o Sistema de Sanções para cumprimento de sentenças
- Estrutura redundante de serviços de TI
- Melhoria da infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais e atualização do parque computacional
- Plano de continuidade de serviços essenciais de TIC
- Elaboração do Planejamento Estratégico de TI 2022-2027
- JUS – Eleições 2020 e Atualização de Plataforma

OE8: Aperfeiçoar a gestão orçamentária

- IV Seminário de Orçamento do TRE-GO - 2021
- Aperfeiçoamento do processo de contratações do TRE-GO

Objetivo Estratégico 1

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Descomplicando o Processo Eleitoral Responsável: Escola Judiciária Eleitoral	Ampliar os conhecimentos do eleitor acerca do processo eleitoral de forma simplificada e efetiva.	5.000 cidadãos atendidos	A iniciativa alcançou alunos do ensino fundamental e médio da rede educacional de Goiás. Contudo o impacto negativo do afastamento social provocado pela pandemia iniciada em meados de 2020, associado ao baixo acesso digital do principal público alvo (escolas públicas), impossibilitou o alcance da meta estimada. Não obstante, mesmo com as dificuldades apontadas, na ocasião foram beneficiados 1.130 (mil cento e trinta) alunos.
Projeto: Pesquisa de manifestação social Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Coletar dados e informações, que servirão de evidências baseadas em fatos para a tomada de decisão da Alta Administração.	Coletar e analisar 12.000 respostas até novembro de 2021.	Após indeferimento da contratação da plataforma de pesquisa, foi criado o Formulário Online por meio do Google Forms (gratuito) e submetido às diversas unidades de atendimento para sugestões e correções. O início da coleta de dados está previsto para março/2022.
Projeto: Cartório Eleitoral Online Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Ampliar o atendimento digital e online com certificação inicial dos cartórios de (Jataí e Alexânia), propiciando uma sistemática sólida e moderna de atendimento aos cidadãos-usuários dos produtos/serviços do TRE-GO.	Implementar atendimento online em 10 ou mais atividades essenciais dos cartórios eleitorais.	Nova versão do Aplicativo Título Net, Balcão Virtual, Juízo Digital incorporando diversos serviços de atendimento remoto ao eleitor.
Projeto: Campanha do primeiro voto Responsável: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	Produzir e divulgar campanha de esclarecimentos ao eleitor de primeiro voto	Atingir 10% do eleitorado de primeiro voto, com base nas informações do cadastro eleitoral	Fortalecimento da forma de comunicação via redes sociais em conjunto com TSE, incentivo a participação do jovem votando nas Eleições 2022. Alcance de mais de 10 mil visualizações, correspondendo a mais de 10% do eleitorado jovem.

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Programa: Parceria com instituição bancária para gerenciamento de depósito em contas judiciais Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Celebração de cooperação técnica entre o TRE-GO e instituição financeira.	Padronizar e otimizar a gestão dos recursos depositados em contas judiciais.	Iniciativa em execução no Tribunal, dentro do cronograma inicialmente previsto. (90% executada)
Projeto: Elaborar o Plano de Gestão de Riscos das Contratações Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Realizar atividades coordenadas com o objetivo inicial de gerenciar e controlar o processo das Contratações em relação a potenciais ameaças, por meio da metodologia de gestão de riscos do TRE-GO.	Implementar, trimestralmente, a metodologia de gestão de riscos em ao menos um processo da gestão das contratações	01 processo concluído - Contratação de Bens e Serviços
Projeto: Elaborar nova Cadeia de Valor do TRE-GO Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Identificar os processos de trabalhos em cada macroprocesso finalístico e de apoio.	Revisão da da Cadeia de Valor e aprovação pelo Conselho de Governança Corporativa..	A proposta da nova Cadeia de Valor foi apresentada para a Alta Administração em janeiro de 2022, com atraso decorrente dos desafios de se executar as revisões dos processos e atividades diante das restrições sanitárias em vigor. A previsão de aprovação da proposta está prevista para abril/2022.
Projeto: Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 seguindo as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral	Publicação do Planejamento Estratégico Institucional até 30 de novembro 2021.	O Plano de longo prazo foi aprovado em 30 junho de 2021, conforme Portaria nº. 159/2021 – PRES e publicado

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Projeto Memória Responsável: Secretaria Judiciária	Reunir e divulgar dados históricos da Justiça Eleitoral. Preservar a memória. Realizar evento em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário.	Concluir o projeto até 30/04/2022	Catologação do acervo histórico; criação do Memorial Virtual; levantamento de dados dos juízes que atuaram neste Tribunal, desde sua criação até os dias atuais, para confecção de linha sucessória; realização, em 10/05/2021, de evento em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 316/2020); participação no Prêmio Memória do CNJ, com inscrição em várias categorias (Resolução CNJ nº 429/2021).
Projeto: Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral Responsável: Secretaria Judiciária	Celebrar os 90 anos da Justiça Eleitoral	Lançar a Revista comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral até 31/03/2022	Em 2021, a Comissão de Gestão de Memória selecionou o material para publicação na Revista, que será lançada em março/2022.
Projeto: Expansão do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Expandir o Sistema de Gestão da Qualidade, incluir, os processos de Capacitação Jurídica, Capacitação, Cadastro Eleitoral e Relação Institucional com a Sociedade.	Certificar 3 processos contidos na Cadeia de Valor do TRE-GO	O cronograma de certificação previsto para 2021 precisou ser reformulado, em razão da contratação da nova certificadora, tendo como nova data o mês de março de 2022.
Projeto: Desenvolver o monitor de atividades da Corregedoria Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Monitorar informações gerenciais que contribuem para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas no âmbito das unidades administrativas e judiciárias componentes da VPCRE.	Obter, em tempo real, informações gerenciais e estatísticas relacionadas à produtividade das unidades.	Desenvolvido, via business intelligence, o painel Monitor de Atividades da VPCRE – em funcionamento. (100% executada)

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Realizar o evento semestral: Webinar “Encontro com a Corregedoria” Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Promover discussões sobre DATA-JUD, metas, parametrizações, tabelas processuais unificadas, projetos e sanar dúvidas.	Realizar, pelo menos uma vez por semestre, um encontro com representantes da Zonas Eleitorais para exposição de conteúdo e discussões de assuntos relevantes.	Realizado um evento com a Corregedoria em 3/2/2022. Prevista nova edição do encontro para o mês de março/22. (100% executada)
Projeto: Instituir o Selo de Boas Práticas Cartorárias Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Identificar e premiar rotinas de trabalho autênticas, inovadoras e que agreguem valor a produtos ou serviços oferecidos.	Implementar o Portal de Boas Práticas e efetivar a entrega do Selo para as propostas contempladas.	Iniciativa em execução na VPCRE/GO dentro do cronograma inicialmente previsto. (90% executada)

Objetivo Estratégico 3

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Participação da mulher na política Responsável: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	Promover palestras com a participação de mulheres que se destacam na sociedade goiana para a promoção de debate sobre o papel da mulher na política;	Realizar 1 palestra por semestre até maio de 2022.	Meta alcançada. Evento de 2022 em execução, a ser realizado em março/2022.
Plano de Ação: Implantar a Gestão do Conhecimento Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Implementar um projeto de gestão do conhecimento produzido no âmbito da Corregedoria no exercício da atribuição de orientação.	Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.	Desenvolvida e implementada a ferramenta de gestão do conhecimento denominada WIKI-CRE, onde são registradas as orientações sobre práticas cartorárias e demais assuntos de interesse das zonas eleitorais. (100% executada)
Projeto: Plano Integrado de Eleições Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Orientar as atividades relativas ao planejamento, monitoramento e avaliação das eleições, com a integração e aperfeiçoamento dos processos envolvidos e foco na melhoria contínua da prestação de serviços ao cidadão.	Avaliar o desempenho dos processos de eleição, visando identificar as dificuldades que impossibilitaram o cumprimento das metas de cada processo de eleição e o atendimento das expectativas, para que sejam adotadas as devidas ações corretivas para os próximos pleitos.	A leitura dos indicadores demonstrou resultado um pouco diverso do esperado nas Eleições 2020, mas satisfatório, ao consideramos à pandemia. O desafio para as próximas eleições, por se tratar de eleições gerais, será a consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica.
Projeto: I Seminário Estratégia com Qualidade - edições 2021 e 2022 Responsável: Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão	Instituir no TRE-GO evento no formato de seminário, cujo objetivo é apresentar cases de sucesso na execução das estratégias, novos modelos de desenvolvimento ágeis, melhores práticas de governança alinhados à NBR ISO 9001:2015. Realizar a primeira reunião de análise da estratégia do exercício durante o evento.	Realizar duas edições do evento até abril de 2022; Atingir 90% dos servidores investidos em função; apresentar relatório de resultado da análise da estratégia 10 dias após sua realização.	O evento aconteceu de 8 a 11 de março, em conjunto com o Seminário de Orçamento/2021, no formato online pelo canal do YouTube do TRE-GO. O evento não atingiu a meta de 90% dos servidores investido em função. No entanto, alcançou mais unidades da administração, incluindo as zonas eleitorais. A média de alcance de servidores que ocupam cargos (CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4) e função comissionada (FC6) na sede deste Tribunal ficou em 26,78%, conforme frequência registrada nas palestras.

Objetivo Estratégico 4

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Implantar sistema de registro, controle e tramitação de procedimentos de competência exclusiva da Corregedoria Regional Eleitoral.	Concluir a configuração interna, regulamentar e implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor na unidade.	Regulamentado e implantado o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor na VP-CRE/GO. Atualmente, já em funcionamento. (100% executada)
Plano de Ação: Regulamentar o juízo 100% digital Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Permitir acesso à Justiça virtualmente, de modo que todos os atos processuais sejam praticados por meio eletrônico, inclusive audiências e sessões de julgamento.	Regulamentar o programa no âmbito deste TRE-GO, contratar solução informática para a realização de atos processuais à distância e extensão do programa para todas as unidades do primeiro grau.	Regulamentado o programa no âmbito deste TRE-GO, contratada solução informática para a realização de atos processuais à distância e definidas todas as zonas eleitorais como integrantes do Juízo 100% Digital. (100% executada)
Projeto: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º grau para meio eletrônico de tramitação – PJe Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Cadastramento dos processos físicos pendentes nas zonas eleitorais para meio eletrônico PJe.	Digitalizar e cadastrar 100% do acervo de processos judiciais físicos em tramitação no primeiro grau no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe até o final de setembro de 2021.	Todos os processos físicos de 1º grau foram digitalizados e cadastrados no Processo Judicial Eletrônico - PJe. (100% executada)
Projeto: Desenvolver sistema eletrônico em substituição aos livros de carga obrigatória Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Permitir a conversão para meio eletrônico do controle de registros manuais em livros de guarda obrigatória pelos cartórios eleitorais.	Converter para meio eletrônico o controle de registros manuais, dispensando o uso de livros de guarda obrigatória pelos cartórios eleitorais.	Iniciativa em execução no Tribunal, dentro do cronograma inicialmente previsto. (20% executada)

Objetivo Estratégico 4

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Desenvolver a Central de Sistemas da Corregedoria Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Ampliar e reunir, em página única na web, os sistemas de restrição patrimonial, de apoio à atividade jurisdicional e de operação do cadastro eleitoral administrados pela VPCRE/GO	Firmar termos de cooperação, regulamentar e concluir a implementação dos sistemas SERASAJUD, SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SINIC, Banco de Peritos, SINIC, SEEU, CNIB.	Firmados termos de adesão e de cooperação com todas as instituições, regulamentados e implantados todos os sistemas indicados. (100% executada)
Projeto: Programa permanente de acompanhamento de zonas eleitorais Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Acompanhar as Zonas Eleitorais com dificuldade no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo na tramitação do acervo processual.	Elaborar plano de trabalho, regulamentar e iniciar o primeiro ciclo e inspecionar as zonas indicadas ao programa de acompanhamento.	Apresentado o Plano de Trabalho, regulamentado o Programa e realizado o 1º ciclo de atividades, com inspeções em todas as zonas indicadas. (100% executada)
Projeto: Implementar a Central de Indicadores Estratégicos da Corregedoria Responsável: Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral	Desenvolver, com base em business intelligence, página na internet onde se promova o acompanhamento dos indicadores estratégicos sob responsabilidade da VPCRE/GO.	Reunir, em um mesmo ambiente eletrônico, os painéis em BI a partir dos quais se monitora, em tempo real, os indicadores estratégicos sob responsabilidade da VPCRE.	Desenvolvida e implementada a Central de Indicadores da Corregedoria, pela qual se monitoram os indicadores estratégicos cadastrados no Planejamento Estratégico 21-26 como de responsabilidade da unidade. (100% executada)
Projeto: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 2º grau para meio eletrônico de tramitação – PJe Responsável: Secretaria Judiciária	Migrar 100% do acervo processual físico em segundo grau para meio eletrônico de tramitação – PJe.	Concluir a migração até fevereiro/2021	Em 2021, a Secretaria Judiciária concluiu a digitalização e migração dos processos físicos para o PJe, de forma que todos os feitos judiciais tramitam atualmente em meio eletrônico.

Objetivo Estratégico 6

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas	Promover a informatização e automação de processos de gestão de pessoas.	Implantar seis sistemas até novembro de 2020, quatro sistemas até novembro de 2021 e um até março de 2022.	Foram implantados três sistemas em 2020, um no exercício 2021 e os seis restantes se encontram com 55,9% de execução, com expectativa de finalização até maio de 2022.
Projeto: Prevenção e combate ao assédio moral Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas	Proposição de Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Cartilha de Prevenção. O objetivo da iniciativa é promover um ambiente de trabalho saudável e coibir condutas que configurem assédio moral.	Aprovação de política de prevenção e combate ao assédio moral até julho de 2020.	O projeto foi concluído com a aprovação da Portaria nº 142/2021 PRES, que instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Melhorias na infraestrutura das aplicações Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Melhoria da infraestrutura utilizada nos sistemas de informação desenvolvidos no TRE-GO.	Aperfeiçoar a infraestrutura das aplicações para novos projetos até julho/21 e, quando possível, em aplicações existentes até novembro de 2021.	Projeto concluído.
Projeto: Otimização dos controles de acesso aos sistemas Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Unificar a sistemática de acesso aos sistemas de informação desenvolvidos no TRE-GO.	Implantar a tecnologia de acesso unificado aos sistemas para novas aplicações até julho de 2021 e, quando possível, em aplicações existentes até novembro de 2021.	Projeto concluído.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Implantar o Sistema de Sanções para cumprimento de sentenças Responsável: Secretaria Judiciária	Controle digital das sanções aplicadas por esta Corte.	Implantar até dezembro de 2021.	Projeto concluído.
Projeto: Estrutura redundante de serviços de TI Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Melhoria da infraestrutura dos Datacenters do TRE-GO.	Etapa 2: Implementar 100% dos equipamentos previstos até agosto de 2021.	Projeto concluído.
Projeto: Melhoria da infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais e atualização do parque computacional Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Otimizar o atendimento nos Cartórios Eleitorais, das atividades cartorárias e eleições.	Etapa 2: Atualização de toda infraestrutura de microinformática para os usuários de TI e diminuir a necessidade de suporte.	Foi executado 37% do previsto, em decorrência de indisponibilidade de orçamento para aquisição de microcomputadores. Ainda assim, o procedimento de aquisição foi iniciado em 2021.
Projeto: Plano de continuidade de serviços essenciais de TIC Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Elaborar normativo visando a regulamentação dos procedimentos necessários à continuidade dos serviços essenciais de TIC.	Implementar ações até fevereiro de 2021.	Projeto com 35% de execução. Encontra-se em andamento a análise conjunta com outras unidades, visando definir os serviços essenciais do Tribunal.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Elaboração do Planejamento Estratégico de TI 2021-2026 Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 e em consonância com as diretrizes institucionais estabelecidas para o período.	Publicar o PETIC 2021- 2026 até o mês subsequente à publicação do Planejamento Estratégico Institucional para o mesmo sexênio.	Projeto concluído. De acordo com a nova ENTIC-JUD 2021-2026, o planejamento estratégico de TI passou a integrar o PDTIC 2021-2026, extinguindo o PETI.
Projeto: JUS - Eleições 2020 e Atualização de Plataforma Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Atualizar a plataforma Microsoft de sistemas operacionais de computadores servidores e desktops.	Atualizar a plataforma Microsoft de sistemas operacionais de computadores servidores e desktops até junho/21	Projeto em andamento com 67% de execução, em decorrência de indisponibilidade de orçamento para aquisição de microcomputadores.

Objetivo Estratégico 8

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: IV Seminário de Orçamento do TRE-GO – 2021 Responsável: Secretaria de Administração e Orçamento	Que os gestores e demais participantes desempenhem seus papéis com mais segurança e comprometimento, assegurando a melhoria no planejamento da gestão orçamentária e de contratações. Além disso, visa conhecer a realidade de outros órgãos, adquirir novos conhecimentos e aperfeiçoar os já existentes, assim como difundir a ideia de bem planejar o orçamento.	Alcançar 70% do público alvo, entre secretários, coordenadores, assessores, chefes de seção e 20% dos demais servidores do Tribunal, por meio presencial e/ou EAD.	O evento ocorreu entre os dias 08 e 11 de março de 2021, pelo canal do YouTube do TRE-GO. Todavia, embora o seminário tenha tido grande média de público interno e externo, inclusive com a participação das zonas eleitorais, não conseguiu atingir a meta de frequência entre servidores que ocupam os cargos CJ1, CJ2, CJ3 e CJ4 e função comissionada FC6 na sede deste Tribunal. A média de frequência registrada por período nas palestras foi de 26,78% deste público.

Objetivo Estratégico 8

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Aperfeiçoamento do processo de contratações do TRE-GO Responsável: Secretaria de Administração e Orçamento	Melhoria no Processo de Contratação, e ajuste às normas atuais e Regentes..	• Elevar o Índice de Governança e Gestão de Contratações (iGovContrat) para no mínimo 70%;	65,2% no indicador iGovContrat, com a possibilidade de melhoria já no ano de 2022 assim que forem concluídos os projetos ainda em andamento,

Tabela 04: Principais projetos por Objetivos Estratégico

Visão geral da execução das iniciativas



Figura 45: Execução das iniciativas do Plano de Gestão

Perspectivas e desafios para os próximos exercícios

Com o término da gestão do Desembargador Leandro Crispim, prevista para o final de abril de 2022, um novo ciclo será planejado e novas diretrizes serão determinantes para o desempenho da estratégia aprovada para o sexênio 2021-2026. Serão priorizadas iniciativas de baixo desempenho diante da crescente demanda por serviços ágeis que resolvam problemas para cidadãos cada vez mais exigentes com a gestão pública.

Para saber mais sobre o desempenho do Plano de Gestão 2020-2022, visite o [painel de acompanhamento](#).

Eleições 2022



Figura 46: Logotipo Eleições 2020

O cenário de polarização político da população e os constantes ataques à segurança e credibilidade da votação eletrônica trazem muita preocupação para a Justiça Eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral firmou compromisso de parceria para o enfrentamento de comportamentos inadequados nas redes sociais com todos os representantes das principais plataformas de mídias sociais e provedores de internet. O TSE e todos os Regionais terão que implementar diversas iniciativas visando o enfrentamento da desinformação divulgada contra o processo eleitoral, principalmente para garantir a legitimidade e a integridade das Eleições Gerais de 2022.

Outrossim, não podemos olvidar que o processo eleitoral envolve uma série de outras atividades complexas, em que se busca constantemente harmonizá-las às expectativas da so-

O Pleito de 2022 promete ser a disputa eleitoral mais tensa desde a redemocratização do país, principalmente para a definição do cargo de Presidente da República.

O cenário de polarização político da população e os



Figura 47: Relatório de avaliação Eleições 2020

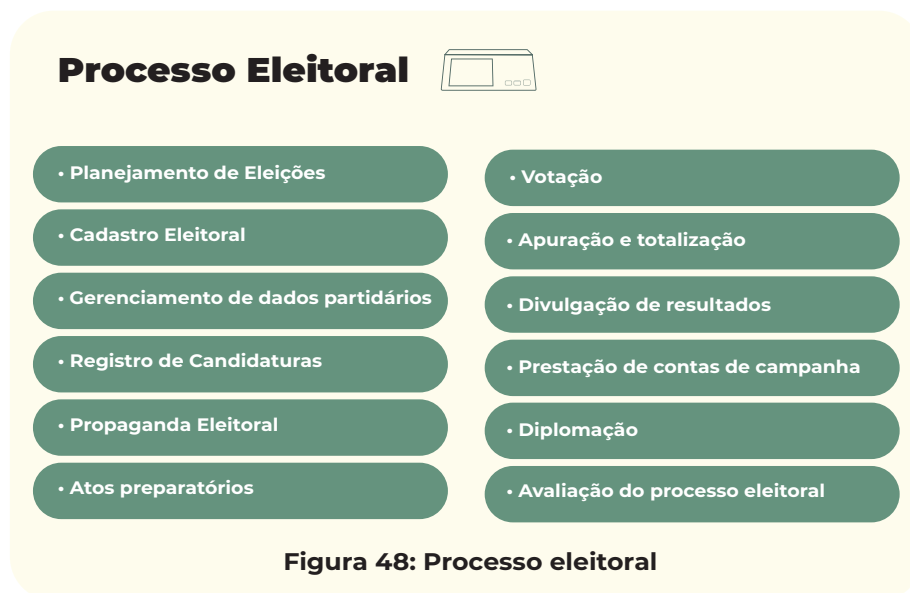
tiva e a governança.

As Eleições de 2020, realizadas em um cenário pandêmico, que impactou diversos processos, exigiu demasiadamente da Administração no enfrentamento de novas demandas e essa experiência contribuiu bastante para o aperfeiçoamento de várias atividades do Tribunal. Destacam-se os aprimoramentos de infraestrutura de tecnologia da informação e do mapeamento dos riscos dos processos das eleições.

cidade.

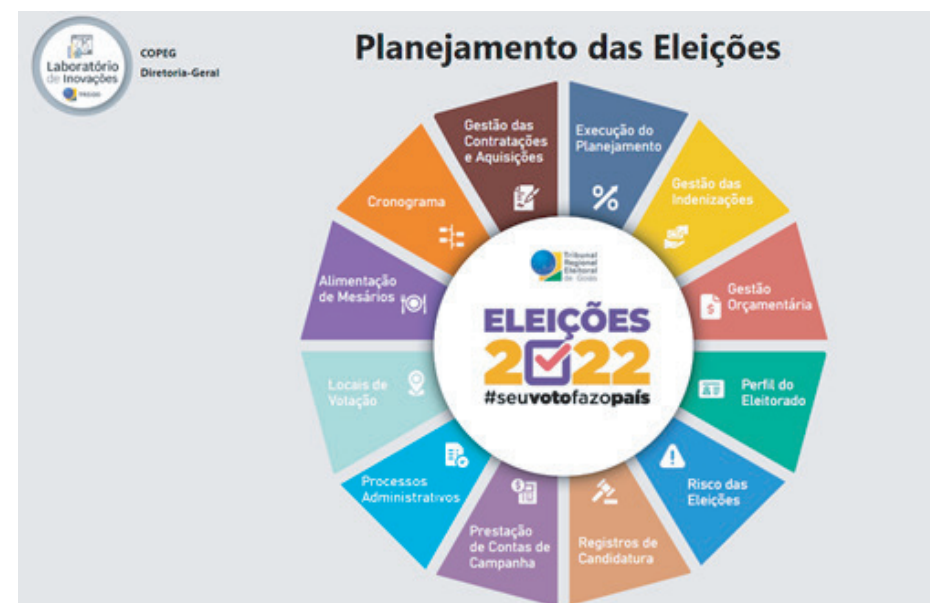
O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) tem procurado aperfeiçoar o seu processo eleitoral a partir da avaliação dos processos anteriores, com a intenção de garantir, com o fortalecimento da governança, os subsídios necessários para a tomada de decisões, primando pelo fortalecimento e alinhamento estratégico de três objetivos: garantir legitimidade do processo eleitoral, assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoar a gestão administra-

No primeiro semestre de 2021 foi iniciada a elaboração do Planejamento Integrado das Eleições 2022. O objetivo do referido plano, que envolve desde atividades de gerenciamento do Cadastro Eleitoral até a Diplomação dos Eleitos, é de servir como instrumento de apoio para melhoria dos processos de trabalho das eleições e do sistema de controle interno.



No planejamento integrado são mapeados vinte e três processos, consubstanciado em diagramas de escopo e de processo, definição de indicadores dos processos e identificação dos riscos.

Ademais, para o gerenciamento das informações estratégicas e monitoramento do processo eleitoral de 2022 serão utilizados **painéis de business intelligence**. Esses painéis auxiliarão na tomada de decisões, com informações orçamentárias, administrativas, processuais, contratações, e contribuirão para a transparência do processo eleitoral.



O desafio para as Eleições de 2022 será a consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica.

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados

Desde 2012, o Tribunal de Contas da União vem realizando levantamentos para conhecer a situação da governança no setor público federal e de outros entes jurisdicionados do TCU e estimular suas organizações a adotarem boas práticas no tema.

O levantamento realizado em 2017 resultou no [Acórdão 2.699/2018](#), que determinou o acompanhamento, por cinco anos, da capacidade de governança e gestão dos órgãos e entidades jurisdicionados, a fim de identificar riscos sistêmicos. Diante dos resultados, a instituição elaborou uma agenda de melhorias em 2018, cujo acompanhamento é realizado por meio do Procedimento Administrativo Digital (PAD nº 5223/2018).

Em 2019 e 2020 o TCU não aplicou os questionários de levantamentos para o ciclo. Entretanto, em decorrência da relevância das medições e da importância da continuidade do processo de levantamentos com o uso da metodologia adotada pelo órgão de controle, bem como das medidas em curso em relação aos resultados dos indicadores de governança e gestão levantados nos anos de 2017 e 2018, o TRE-GO fez constar na revisão do seu Planejamento Estratégico 2016-2021, realizada em 2019, o indicador geral de governança (iGG).

O TRE-GO foi avaliado nos anos de 2017, 2018 e 2021, obtendo os seguintes resultados:

Indicadores	2017	2018	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	46%	49%	47,9%
iGovPub (índice de governança pública)	63%	64%	59,4%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	39%	49%	47,7%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	23%	32%	33,9%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	68%	66%	52,9%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	53%	53%	48,9%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	54%	63%	65,2%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	54%	48%	47,8%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	67,0%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	-	-	44,1%

Tabela 05: Indicadores de governança 2017/2018 e 2021

Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

- 1.** Edição do Provimento nº 04/2021 – VPCRE/GO, que instituiu o Programa Permanente de Acompanhamento das Zonas Eleitorais que apresentarem maior dificuldade em alcançar as Metas Nacionais do Poder Judiciário nº 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo na tramitação do acervo processual pendente em cumprimento à Diretriz Estratégica nº 1 da Corregedoria Nacional de Justiça.
- 2.** Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre diversos órgãos e entidades públicas do estado de Goiás para a constituição do Fórum Permanente do Sistema de Justiça em Goiás - FORJUS-GO;
- 3.** Revisão trimestral das listas de verificação usadas nos processos de contratações com atualização da legislação, caso ocorra;
- 4.** Elaboração da Matriz de Qualificação Funcional para atuação de servidores da Presidência e Diretoria Geral nos processos de contratações;
- 5.** Resolução nº 359/2021, que institui a Política de Reconhecimento dos Magistrados, Servidores e Colaboradores da Justiça Eleitoral em Goiás;
- 6.** Resolução nº 358/2021, que institui a Política de Privacidade, Tratamento e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral em Goiás;
- 7.** Realização de cursos e aperfeiçoamentos de servidores. Dentre os temas, destacam-se: curso sobre a Resolução CNJ nº 347/2020; Planejamento de Contratações e Gestão e Fiscalização de Contratos, já de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021); curso sobre o sistema “COM-PRAS.GOV.BR - Contratos” e o curso de Suprimentos de Fundos e Cartão de Pagamento com Atualização do PCASP - Teoria e Prática Siafiweb;
- 8.** Continuidade ao estudo para atualização da Portaria nº 861/2011 - PRES, que trata do estabelecimento de normas para contratações de obras, serviços e bens no âmbito deste Regional. O projeto está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022 e regulamentará o Planejamento das Contratações do Tribunal;

- 9.** Reformulação da Portaria nº 423/2013 - PRES, que trata dos prazos e atividades a serem desenvolvidas no processo de contratações, retomada em 2021. Está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022, e objetiva celeridade processual, economia de recursos e cumprimento do cronograma do Plano Anual de Contratações;
- 10.** Implementação da gestão e fiscalização dos contratos através de ferramenta eletrônica de acompanhamento e elaboração de normativo, que está em fase final, com previsão de conclusão até meados de abril/2022;
- 11.** Instituição de contratações sustentáveis no TRE-GO, que foi finalizada em 2021. As solicitações de contratações no âmbito do Tribunal passaram a se atentar às boas práticas de sustentabilidade, previstas como requisitos nos formulários aprovados pela Portaria nº 35/2021 – DG a serem utilizados na fase de Planejamento da Contratação;
- 12.** Padronização dos instrumentos convocatórios e contratuais, já finalizada. Medida utilizada para imprimir celeridade, eficiência e segurança à tramitação dos procedimentos de contratações ordinárias e reduzir custos às contratações que possibilitem tratamento uniforme. A autorização para a utilização de minutas padronizadas no âmbito do Tribunal se deu por meio da Portaria nº 190/2021 - PRES;
- 13.** Início do mapeamento de Riscos no macroprocesso de contratações, de acordo com a Resolução CNJ nº 347/2020. O projeto tem o fim de implementar a gestão de riscos no macroprocesso de contratações para identificar e tratar as potenciais ameaças que possam comprometer as aquisições no Tribunal.
- 14.** Continuidade da execução do Plano de Gestão de Pessoas - 2016-2021, que tem como base o referencial teórico do TCU. Desde sua implementação, o Tribunal vem alcançando desempenho satisfatório. Em levantamento interno, alcançou 74,3% do Índice iGovPessoas-TRE-GO.

O rol de medidas acima representa as principais ações no sentido de se alcançar o aprimoramento da capacidade da Alta Administração, da gestão dos riscos da organização e assegure a continuidade do negócio, o planejamento das eleições, promova a transparência, a prestação de contas, a gestão da aquisição de bens e contratação de serviços, a governança e gestão de TI e a gestão de pessoas.

Neste sentido, os resultados alcançados pelo TRE-GO nos últimos ciclos demonstram o comprometimento e nível crescente de maturidade na implantação das boas práticas de governança e gestão.

Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas

A função correcional consiste na orientação, padronização e fiscalização permanente dos serviços eleitorais, com o fim de prevenir a ocorrência de falhas, aferir a qualidade e a regularidade das atividades cartorárias, promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho. É realizada de forma direta, mediante inspeções e correições.

Denomina-se inspeção a ação exercida pela Corregedoria Regional Eleitoral que visa orientar e fiscalizar as atividades específicas desempenhadas pelas unidades de 1º grau, podendo ser realizada pessoalmente pelo Corregedor ou por comissão de servidores por ele designada. As inspeções podem ser realizadas na modalidade presencial ou virtual, executadas com ou sem aviso prévio.

Deverão ser inspecionadas anualmente, no mínimo:

I – 15% (quinze por cento) das zonas eleitorais, na modalidade presencial;

II – 10% (dez por cento) das zonas eleitorais, na modalidade virtual.

Nenhuma zona eleitoral poderá ficar mais do que cinco anos sem ser inspecionada presencialmente.

Resumo geral das inspeções e correições

ATIVIDADE	ANO DE 2021
Inspeções realizadas	10
Correições Ordinárias julgadas	92
Total de ações realizadas	102

Tabela 06: Resumo geral das inspeções e correições Corregedoria

Durante a instrução dos respectivos procedimentos administrativos de correições e inspeções, diversas determinações e/ou recomendações foram prescritas aos magistrados eleitorais visando esclarecer ou normalizar as inconsistências detectadas e a adoção de medidas para garantir a celeridade dos julgamentos e a redução da taxa de congestionamento de processos na unidade.

Por outro lado, foram realizados os mapeamentos das inconformidades cujas atribuições para tratamento são de áreas técnicas ou de gestão deste Tribunal – questões não relacionadas à regularidade das atividades cartorárias propriamente – e juntados aos autos dos procedimentos administrativos digitais SEI nº 263-5 (achados em correições ordinárias) e nº 266-0 (achados em inspeções cartorárias). Ambos os procedimentos foram encaminhados à Presidência do Tribunal para a adoção das providências cabíveis.

É importante destacar que a manutenção, ao longo do ano de 2021, das medidas sanitárias restritivas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal Superior Eleitoral e por este Tribunal Regional Eleitoral de Goiás visando evitar a propagação do novo coronavírus afetaram substancialmente o desempenho das atividades correcionais nas unidades de 1º grau.

De fato, desde a edição do [Provimento VPCRE nº 3/2020](#), de 17 de março de 2020, ficaram suspensas as inspeções cartorárias presenciais enquanto vigorarem as medidas sanitárias restritivas.

Por outro lado, em 9 de junho de 2021, foi aprovado o Plano Anual de Inspeções Cartorárias, prevendo a realização de dez inspeções, todas de modo virtual. Foram incluídas as cinco zonas eleitorais indicadas para o Programa Permanente de Acompanhamento - por apresentarem alta taxa de congestionamento processual e baixo desempenho no cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário -, além de outras cinco selecionadas a partir do critério de priorização daquelas não inspecionadas nos últimos cinco anos.

Segue abaixo quadro descritivo das inspeções realizadas ao longo do ano de 2021:

CIDADES	ZONA ELEITORAL	DATA
Goiânia	127 ^a	24/06/2021
Aparecida de Goiânia	145 ^a	30/06/2021
Novo Gama	4 ^a	06/07/2021
Rio Verde	30 ^a	08/07/2021
Cidade Ocidental	42 ^a	13/07/2021
Rio Verde	140 ^a	07/10/2021
Nerópolis	54 ^a	14/10/2021
Santo Antônio do Descoberto	24 ^a	21/10/2021
Goiânia	146 ^a	04/11/2021
Crixás	85 ^o	10/11/2021

Tabela 07: Calendário de inspeções

Em cada uma das dez unidades inspecionadas, uma comissão de servidores desta Corregedoria Regional, em ação com finalidade primordialmente educativa e preventiva, avaliou remotamente a regularidade dos serviços eleitorais prestados em geral, inclusive referentes à tramitação de processos judiciais e administrativos.

Não foi realizada qualquer correção de natureza extraordinária durante o ano de 2021.

Ainda no exercício da função correcional, destaca-se que foram autuados três novos procedimentos administrativos de natureza disciplinar no período de referência, sendo uma Sindicância (autuada em 22/04/2021, julgada em 16/07/2021 e baixada em 24/08/2021), uma investigação preliminar (autuada em 15/06/2021, julgada em 01/12/2021, atualmente pendente) e um Processo Administrativo Disciplinar – PAD (autuado em 29/03/2021, julgado em 04/08/2021 e baixado em 17/08/2021).

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

No Exercício de 2021 é importante destacar que não houve inquéritos ou processos administrativos disciplinares instaurados com a finalidade de apurar especificamente danos ao erário, fraudes ou corrupção.

Auditoria Interna

O Tribunal alçou a antiga Coordenadoria de Auditoria Interna ao status de Secretaria de Auditoria Interna, em conformidade com as Resoluções do CNJ nº 308/2020 e nº 309/2020, ambas do Conselho Nacional de Justiça. A Secretaria de Auditoria Interna teve sua transformação efetivada pela alteração do Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, expressa na Resolução TRE-GO n. 349/2021, que trouxe em seus artigos 17 a 25 modificações significativas para unidade de Auditoria Interna.

Com nova nomenclatura e em conformidade com os padrões internacionais de auditoria interna, alinhada às Resoluções do CNJ, a atuação da Unidade está restrita à atuação em terceira linha no tocante às antigas "linhas de defesa", sendo-lhe vedada a participação em decisões gerenciais que possam caracterizar cogestão.

Índice de execução do Plano Anual de Auditoria 2021

O Plano Anual de Auditoria 2021 foi aprovado em novembro de 2020, SEI nº 20.0.000003299-0.

Começando o ano de 2021, foram concluídas auditorias planejadas e iniciadas em 2020, quais sejam:

- Auditoria Integrada do Tribunal Superior Eleitoral em Gestão de Infraestrutura de TIC;
- Auditoria e Contratação de Serviços Contínuos;
- Auditoria Especial de Avaliação de Gestão Orçamentária do Exercício de 2019.

A Auditoria Integrada do Tribunal Superior Eleitoral - Processo de Gestão da Execução Orçamentária - 2021 foi executada regularmente, mas por sua natureza, os exames se iniciam em um ano, com a entrega do relatório preliminar (novembro de 2021) e são concluídos no exercício financeiro subsequente. Será, assim, concluída em março de 2022.

Já a Auditoria de Transparência - Gestão da Informação/Comunicação, prevista para ser realizada pela Seção de Auditoria de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, foi transferi-

da para a Seção de Auditoria de Regularidade e está sendo concluída no ano de 2022 devido à readequação de equipes, modificação autorizada pela Alta Administração mediante justificativa apresentada, baseada na evasão de servidores daquela unidade originária.

No que diz respeito aos trabalhos planejados, executados e concluídos no ano de 2021, temos:

- Auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade
- Auditoria de Gestão de Riscos e Controles Internos da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Auditoria de Capacitação de Pessoas.



Figura 51: índice de execução de auditorias

Das auditorias programadas para 2021 que são mensuradas por indicador semestral, verificou-se que foram alcançadas 50% no primeiro semestre e mais 50% no segundo semestre. Portanto, todas as auditorias programadas foram iniciadas, totalizando 100% de cumprimento do Plano Anual de Auditoria planejado para o exercício.

Plano Anual de Capacitação para 2021

Aprovado em dezembro de 2020, o Plano Anual de Capacitação (Execução 2021) contemplava os cursos de Contratação de Serviços sob regime de execução indireta, com o objetivo de capacitar servidores sobre a forma adequada de realizar as contratações, envolvendo, além da Secretaria de Auditoria Interna, outras unidades.

De igual modo, foi realizado o Curso sobre os Controles Internos e Ambiente de Controle, objetivando a melhoria contínua na realização das auditorias.

Na sequência, foi ministrado o curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, que permitiu aos servidores ligados ao tema desenvolver melhor gerenciamento da gestão e fiscalização dos contratos, bem como capacitar a equipe de auditoria na matéria.

Finalmente, foi realizado o Curso de Gestão da Contratação de obras públicas, que permitiu capacitar a equipe de auditoria para realização de exames, bem como atualizar as áreas técnicas.

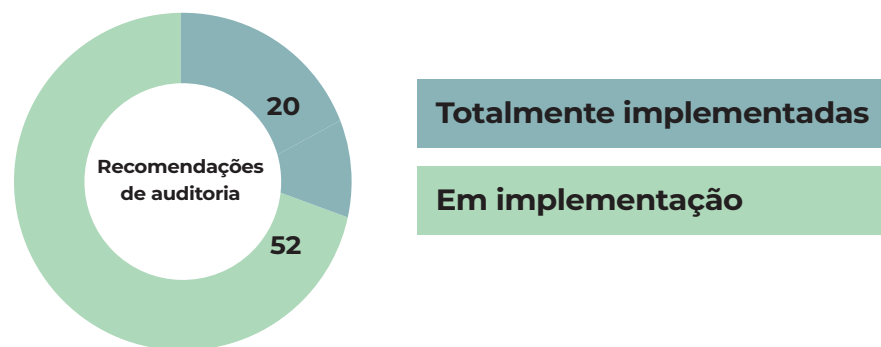
Todos os cursos contratados e executados tinham como escopo qualificar os auditores e demais servidores das mais diversas unidades desse Regional, bem como aprimorar o conhecimento das unidades que receberiam as auditorias, a exemplo da Secretaria de Administração e Orçamento, da Diretoria-Geral e da Presidência.

Monitoramento das Recomendações

O monitoramento das recomendações está regulamentado internamente pelo Artigo 6º e seu parágrafo único da [Porta-](#)

[ria PRES nº 78/2018](#), onde a Unidade de Auditoria Interna disponibilizará relatório sintético com as recomendações pendentes e cumpridas onde constarão informações estatísticas sobre o atendimento das recomendações, indicando os respectivos percentuais e a data da leitura das informações, com os seguintes parâmetros implementada (atendida); em implementação (parcialmente atendida); não implementada (não atendida) e sem informação (sem manifestação da unidade).

O acompanhamento e verificação da implementação das melhorias propostas à Organização por intermédios das recomendações decorrentes das auditorias realizadas serve como mapa evolutivo para se aferir o índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria e será transformado em percentual para verificação da Meta proposta pela administração.



Ao final do ano de 2021, das 72 (setenta e duas) recomendações expedidas compreendendo o período de 2011 até 2021, o status era de 52 (cinquenta e duas) recomendações em implementação e 20 (vinte) totalmente implementadas com baixa homologada pela presidência desse Regional.

Assim, conforme o indicador IA4.2 que representa o índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Auditoria, alcançou no ano de 2021 o desempenho de 72,2 % das recomendações expedidas em implementação.

Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-GO vem sendo reestruturado desde o início de 2020 para permitir que as expansões de escopo se integrem melhor ao núcleo do sistema. O acompanhamento das ações corretivas e de mudanças vem sendo aperfeiçoado. Estes dois programas de ação possibilitaram a redução das constatações de auditoria em 2020. Destaque-se que o parâmetro de trabalho utilizado pelo Sistema de Gestão da Qualidade é a NBR ISO 9001:2015.



Figura 52: Quadro auditorias - Qualidade